



Boletim Mensal de Actividade Económica

Nº 8/2007

Índice

Sumário	2
Seleção de Indicadores de Actividade Económica	3
Conjuntura	4
1. Conjuntura Internacional	4
2. Conjuntura Nacional	8
3. Dinâmica Sectorial	12
Artigos	
4. <i>Ensaio: Determinants of rural tourists' travel expenditures in North Portugal</i> , por Elisabeth Kastenholz	16
5. Em Análise: Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, por Hortense Martins	21
6. Agenda	32
Abreviaturas Utilizadas	38
Anexo Estatístico: Indicadores de Actividade Económica (em Excel)	

Sumário

- A Comissão Europeia nas previsões intercalares reviu ligeiramente em baixa o crescimento da **Zona Euro** para 2007 (-0,1 p.p. face à estimativa anterior), fixando a sua estimativa em 2,5%. A economia dos **EUA** acelerou no 2º trimestre de 2007, crescendo 4,0% em termos anualizados após 0,6% no 1º trimestre.
- Em Julho de 2007, o **preço relativo do petróleo** importado situou-se em cerca de 54,8% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.
- As **contas nacionais** trimestrais recentemente divulgadas pelo INE revelam uma retoma da economia portuguesa mais apoiada na procura interna no 2º trimestre de 2007. O maior dinamismo da procura interna deveu-se a uma aceleração do consumo privado e também a uma recuperação significativa da FBCF, que atingiu uma taxa de crescimento positiva pela primeira vez desde o 2º trimestre de 2004.
- No que respeita ao **consumo privado**, registam-se sinais contraditórios nos diversos indicadores, perspectivando-se no conjunto a manutenção de um cenário de recuperação, num contexto de aumento das taxas de juro.
- Relativamente ao **Investimento**, os indicadores avançados para o terceiro trimestre, sugerem uma nova melhoria do investimento, incluindo a construção.
- No que se refere ao **comércio externo**, os valores divulgados pelo Banco de Portugal, para Julho de 2007, apontam para crescimentos nominais homólogos de cerca de 11,4% nas “exportações” de bens e serviços (um crescimento de dois dígitos que já não se verificava desde Abril) e de cerca de 5,4%, nas “importações”.
- As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 2º trimestre de 2007 apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,7%, o que representa uma ligeira desaceleração em relação ao crescimento observado no trimestre anterior (1,8%).
- No que respeita à **indústria** transformadora, os índices de Produção Industrial registaram em Julho uma aceleração face ao crescimento verificado em Junho, mas com taxas de crescimento ainda inferiores às registadas no conjunto do 2º trimestre.
- No sector da **Construção**, a generalidade dos indicadores aponta para a manutenção da recuperação registada ao longo do primeiro semestre de 2007.
- No sector dos **Serviços**, o Índice de Volume de Negócios (Julho) e o Índice de Volume de Vendas (Julho e Agosto) registam melhorias significativas face aos níveis registados no 2º trimestre, sugerindo um maior dinamismo da procura interna.
- No sector do **Comércio**, registam-se, em Julho e Agosto, evoluções favoráveis do indicador do Volume de Vendas, extensível às componentes Comércio a Retalho e Comércio por Grosso.
- Para o sector DH – **Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas** (secção 25 da CAE rev.2.1) é analisado o peso do sector na indústria transformadora nas variáveis VAB, Emprego, Empresas, Volume de negócios, Exportações e Importações; o desempenho recente do sector quer a nível das variáveis anteriores quer a nível dos indicadores de actividade industrial; a distribuição geográfica e o peso relativo por regiões NUT II; a estrutura e dinâmica empresariais e o comércio internacional, com indicação da quota de mercado de Portugal nas exportações mundiais do sector.

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última actualização	Unidade	2006				2007		2007						
				I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Indicador de Actividade Económica	INE	20-08-2007	M3M	1,2	0,7	0,6	0,6	1,1	1,9	1,0	1,1	1,5	1,6	1,9		
Indicador Coincidente	BP	17-08-2007	VH	0,4	0,7	1,1	1,5	1,8	2,1	1,8	1,8	1,9	2,1	2,2	2,3	
Indicador de Clima Económico	INE	04-09-2007	SRE/M3M	-0,2	0,2	0,6	0,6	0,9	1,4	0,6	0,9	1,0	1,2	1,4	1,3	1,2
Indicador Composto Avançado	OCDE	07-09-2007	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	6,2	5,5	5,1	4,4	4,3	3,9	
Indicador de FBCF	INE	20-08-2007	M3M	-1,7	-5,3	-3,0	-4,6	-1,4	6,1	-2,4	-1,4	0,4	2,2	6,1		
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	04-09-2007	VE/M3M	-37,8	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-31,4	-33,2	-33,4	-33,0	-32,9	-33,2	-34,6
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	04-09-2007	VE/M3M	-9,6	-9,2	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-3,8	-2,0	-1,3	-1,1	-1,1	-2,0	-2,6
Indicador de Confiança na Construção	INE	04-09-2007	VE/M3M	-46,0	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-46,7	-43,8	-43,3	-41,0	-40,7	-40,7	-39,5
Indicador de Confiança no Comércio	INE	04-09-2007	VE/M3M	-8,3	-9,5	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-7,1	-6,3	-5,8	-6,1	-6,5	-7,6	-7,8
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	04-09-2007	VCS/M3M	-2,3	1,7	4,5	7,2	6,6	9,1	6,3	6,6	8,7	9,4	9,1	8,3	7,9
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	03-09-2007	VH, M3M	5,6	4,9	7,1	7,1	7,1	5,2	7,3	7,1	7,5	6,3	5,2	5,0	
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	30-08-2007	VH, M3M	1,6	0,9	4,9	3,4	4,0	1,9	3,2	4,0	3,3	2,6	1,9	2,0	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	13-08-2007	VH, M3M	-0,6	-0,7	2,9	0,2	3,7	3,9	1,5	3,7	4,4	4,1	3,9		
Índice de Produção Industrial - Total	INE	30-08-2007	VHVCS	1,1	2,2	3,6	4,2	4,3	1,6	5,0	2,4	2,9	2,2	-0,3	1,0	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	30-08-2007	VHVCS	1,7	1,5	3,5	2,5	4,7	3,6	5,6	3,7	6,4	3,7	0,8	1,9	
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	14-08-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5	
Preços Consumidor (HPC) (Zona Euro 13)	Eurostat	16-08-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	
Balança Bens e Serviços	BP	22-08-2007	VH	11,0	7,4	8,8	5,4	2,2	4,3	0,6	-1,5	9,2	4,3	-0,1		
Importações: Bens	BP	22-08-2007	VH	17,7	9,8	8,9	4,1	2,8	5,3	6,6	0,6	8,8	5,2	2,1		
Importações: Serviços	BP	22-08-2007	VH	12,2	12,9	13,5	13,2	11,4	6,3	12,3	6,6	14,3	2,6	3,4		
Exportações: Bens	BP	22-08-2007	VH	16,9	15,0	15,0	15,1	16,1	15,0	21,2	12,7	17,6	16,0	11,5		
Exportações: Serviços	BP	22-08-2007	VH													

Nota: > Indica que houve alteração nos últimos oito dias.

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Actualização	Unidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2005		2006				2007	
				III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07						
PIBpm	INE	07-09-2007	Milhões euros	129 308	135 434	138 582	144 128	148 852	155 131	37 387	37 841	37 917	38 628	39 019	39 568	39 941	40 409
PIBpm	INE	07-09-2007	Milhões dólares	115 796	128 027	156 780	179 215	185 198	194 870	45 593	44 977	45 577	48 531	49 713	51 049	52 342	54 479
PIBpm	INE	07-09-2007	VH Real	2,0	0,8	-0,7	1,5	0,5	1,3	0,5	1,0	1,2	0,9	1,5	1,6	2,0	1,6
PIBpm (Zona Euro 13)	Eurostat	07-09-2007	VH Real	1,9	0,9	0,8	1,8	1,6	2,9	1,8	1,9	2,4	2,9	2,8	3,3	3,2	2,5
Consumo Privado	INE	07-09-2007	VH Real	1,3	1,3	-0,1	2,5	2,2	1,1	1,2	1,3	1,1	0,3	1,7	1,2	1,1	1,4
Consumo Público	INE	07-09-2007	VH Real	3,3	2,6	0,2	2,6	2,2	-0,5	1,9	1,0	0,2	-0,4	-0,8	-0,9	-0,8	-0,7
Investimento (FBCF)	INE	07-09-2007	VH Real	1,0	-3,5	-7,4	0,2	-3,3	-1,6	-4,6	-3,5	-1,1	-1,3	-1,4	-2,7	-0,9	0,2
FBCF sem construção	INE	07-09-2007	VH Real	-1,5	-3,7	-4,9	2,3	-1,9	2,9	-2,4	-2,4	0,5	5,1	4,3	1,7	2,1	1,5
Exportações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	Milhões euros	37 360	37 879	38 790	40 953	42 427	48 238	10 773	10 938	11 499	11 923	12 334	12 482	12 958	13 037
Exportações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	Milhões dólares	33 463	35 813	43 867	50 913	52 761	60 620	13 138	13 000	13 822	14 980	15 715	16 103	16 982	17 576
Exportações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	VH Real	1,8	1,5	3,9	4,0	1,2	8,9	2,9	3,5	8,6	7,7	9,2	10,0	8,5	5,6
Importações Bens e Serviços	INE	07-09-2007	VH Real	0,9	-0,7	-0,8	6,7	1,9	4,3	0,9	-0,3	5,0	2,6	5,5	4,3	2,4	3,4
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BP/INE	07-09-2007	% PIB	-9,9	-8,1	-6,1	-7,7	-9,7	-9,4	-9,4	-9,7	-11,0	-10,7	-9,5	-9,4	-8,7	-9,2
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BP/INE	26-06-2006	% PIB	31,6	31,4	35,5	35,2	37,3	41,8	37,5	37,3	38,5	39,4	40,7	41,8	42,4	
Saldo Primário / PIB pm - Subsector Estado (3)	DGO/INE	08-06-2007	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,8	-3,5	-1,9	-2,9	-3,5	-1,9	-1,4	-1,1	-1,9	-1,7	0,1
Saldo total - SPA (4)	DGO/INE	28-03-2007	% PIB	-4,4	-4,1	-5,4	-5,2	-6,0	-3,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Real Unitário de Trabalho	AMECO	08-05-2007	2000=100	101,5	101,3	101,4	100,0	99,6	98,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Nominal Unitário de Trabalho Relativo à UE 15	AMECO	08-05-2007	2000=100	102,5	104,0	104,9	105,2	106,1	106,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego Total	INE	17-08-2007	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123	5 159	5 130	5 134	5 127	5 181	5 187	5 143	5 136	5 155
População desempregada	INE	17-08-2007	Milhar	214	271	342	365	422	428	430	447	430	406	417	459	470	441
Taxa de desemprego - Portugal	INE	17-08-2007	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6	7,7	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9
Norte	INE	17-08-2007	(%)	3,7	4,9	6,8	7,7	8,8	8,9	8,8	9,0	8,9	8,4	8,5	9,7	9,5	9,4
Centro	INE	17-08-2007	(%)	2,5	3,0	3,6	4,3	5,2	5,5	5,4	6,0	5,5	5,1	5,5	5,8	6,7	4,9
Lisboa	INE	17-08-2007	(%)	5,3	6,5	8,1	7,6	8,6	8,5	9,0	9,0	8,5	8,1	8,4	8,9	8,8	9,0
Alentejo	INE	17-08-2007	(%)	5,9	6,6	8,2	8,8	9,1	9,2	9,4	9,4	9,8	8,9	8,7	9,3	9,5	8,8
Algarve	INE	17-08-2007	(%)	3,8	5,3	6,1	5,5	6,2	5,5	5,3	5,9	5,9	5,0	5,1	6,1	6,9	6,9
R.Açores	INE	17-08-2007	(%)	2,3	2,5	2,9	3,4	4,1	3,8	4,2	4,4	4,2	3,8	3,3	4,0	4,7	3,9
R.Madeira	INE	17-08-2007	(%)	2,5	2,5	3,4	3,0	4,5	5,4	4,4	5,1	4,6	5,0	6,1	5,8	6,9	6,3
VAB - Total preços constantes	INE	07-09-2007	Milhões euros	109 133	109 954	109 503	111 350	111 357	112 835	-	-	-	-	-	-	-	-
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	07-09-2007	VH Real	2,4	0,8	-0,4	1,7	0,0	1,3	-0,1	0,3	1,1	0,6	1,7	1,9	1,8	1,7
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	07-09-2007	VH Real	-3,2	2,4	-2,3	5,8	-8,1	8,4	-10,0	-5,6	3,6	9,4	11,5	9,4	3,5	-0,4
Construção	INE	07-09-2007	VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,6	-1,3	2,0	-1,2	0,8	1,8	0,3	3,0	2,9	3,9	3,3
Comércio, Restauração e Hotéis	INE	07-09-2007	VH Real	2,8	-4,0	-8,7	-0,3	-3,3	-5,3	-5,3	-3,2	-2,1	-6,7	-6,3	-6,1	-3,5	-0,8
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	07-09-2007	VH Real	0,8	-1,1	-2,4	2,6	1,8	1,7	1,3	1,3	0,6	1,5	2,7	2,0	2,7	2,3

(1) Portugal

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres

(3) fim de período

(4) Excl. efeitos das medidas temporárias até ao ano de 2004 incl.

'Exportações' de mercadorias - (peso no total e t.v.h)						
	2002	2003	2004	2005	2006	últimos 12m até Mai 07
UE-25	81,3	81,0	80,9	79,8	77,4	76,9
t.v.h.	1,9	2,1	6,1	1,4	9,1	9,3
Espanha	20,9	23,8	25,8	27,0	27,4	27,2
t.v.h.	10,3	16,5	15,4	7,5	14,0	10,7
Terceiros	18,7	19,0	19,1	20,2	22,6	23,1
t.v.h.	1,3	4,4	7,1	8,6	25,4	21,5

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

Taxa de Cobertura (%)						últimos 12m até Mai 07
2002	2003	2004	2005	2006		
64,5	67,3	64,1	62,5	65,0		66,7

Taxas de variação homóloga em valor das 'exportações' por agrupamentos de produtos							
	Estr. 06	02/01	03/02	04/03	05/04	06/05	últimos 12m até Mai 07
Máquinas	19,8	3,5	2,6	2,2	1,3	19,0	21,1
Material de Transporte	13,2	-2,9	4,9	6,1	-5,9	6,2	16,7
Vestuário e Calçado	11,0	-4,8	-2,5	-4,6	-8,2	-2,3	-1,0
Químicos	10,3	10,2	11,2	15,0	14,0	10,7	8,0
Minérios e Metais	10,3	6,6	6,2	34,3	10,8	29,3	23,8
Madeira, Cortiça e Papel	8,7	0,9	2,7	1,7	1,6	8,0	8,6
Agro-Alimentares	8,7	9,8	1,5	9,6	12,6	11,6	11,3
Outros	18,0	2,6	0,2	7,2	7,4	15,8	5,3</

1. Conjuntura Internacional

De acordo com a Comissão Europeia apesar da recente instabilidade nos mercados financeiros e da crise no mercado imobiliário dos EUA a actividade económica global permanece favorável. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento mundial em 2007 face a 2006. Nas suas últimas previsões (Julho de 2007) reviu em alta de 0,3 p.p. a estimativa de crescimento para a Economia Mundial em 2007, apontando para 5,2% (Quadro 1.1). Para 2008, esta instituição estima também um crescimento idêntico (+0,3 p.p. do que nas previsões anteriores).

O FMI estima um crescimento real de 7,1% para o comércio mundial de bens e serviços em 2007, embora em desaceleração face a 2006. Para 2008 estima uma nova recuperação do comércio mundial, para 7,4% (Quadro 1.2).

Quadro 1.1

Previsões de Crescimento da Economia Mundial

Taxa de Crescimento Real do PIB em %

	2006			2007			2008		
	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Julho-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
MUNDO	5,5	-	5,2	5,2	-	4,8	5,2	-	4,8
OCDE	-	3,2	-	-	2,7	-	-	2,7	-
ZONA EURO	2,8	2,8	2,7	2,6	2,6*	2,5*	2,5	2,3	2,5
ESPAÑA	3,9	3,9	3,9	3,8	3,6	3,7*	3,4	2,7	3,4
ALEMANHA	2,8	3,0	2,7	2,6	2,6*	2,4*	2,4	2,2	2,4
R. UNIDO	2,8	2,8	2,8	2,9	3,1*	2,9*	2,7	2,5	2,5
EUA	3,3	3,3	3,3	2,0	1,9*	2,2	2,8	2,5	2,7
CHINA	11,1	10,6	10,7	11,2	10,3	10,5	10,5	10,7	10,4
JAPÃO	2,2	2,2	2,2	2,6	2,4*	2,3	2,0	2,1	2,1

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Julho 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio 2007 e (*) - Interim Assessment - Setembro 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007 e (*) - Interim Forecast, Setembro 2007".

Quadro 1.2

Comércio Mundial

	2006			2007			2008		
	FMI Abr-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abr-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abr-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
- Crescimento real do Com. Mundial (%)									
Imp.+ Exp.de bens e serviços ⁽¹⁾	9,4	9,6	..	7,1	7,5	..	7,4	8,3	..
Imp. de bens e serviços *	7,6	7,3	8,7	4,6	4,2	7,4	6,0	5,9	7,3
Exp. de bens e serviços *	8,5	8,9	8,9	5,5	6,0	7,7	6,2	7,1	7,3
Imp.+ Exp.de bens	9,5	7,2	7,7
Imp. de bens *	7,8	..	9,2	4,9	..	7,7	5,8	..	7,6
Exp. de bens *	8,9	5,3	6,0
- Exportações Mundiais em valor (bilhões de dólares)									
Bens e serviços	14,717	16,139	17,456
Bens	11,920	13,052	14,137

* FMI - economias avançadas, (1) - Julho de 2007 ; OCDE - países membros

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril e Julho 2007; OCDE, Economic Outlook N° 81, Maio 2007; CE, "Economic Forecasts" - Spring 2007

De acordo com a estimativa preliminar do *Bureau of Economic Analysis* do Departamento de Comércio, a actividade económica dos **EUA** acelerou no 2º trimestre de 2007, crescendo 4,0% em termos anualizados (+ 0,6 p.p. face à estimativa anterior) após 0,6% no 1º trimestre. Esta aceleração reflecte principalmente acréscimos nas exportações, no investimento não residencial e no consumo público. A OCDE (Setembro 2007) reviu em baixa de 0,2 p.p. a estimativa de crescimento para a economia norte-americana em 2007, situando a previsão em 1,9%. (Quadro 1.3) em resultado de uma quebra do investimento residencial superior à estimada anteriormente.

Quadro 1.3

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas dos EUA

EUA	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,3	3,3	3,3	2,0 ^{a)}	1,9 ^{b)}	2,2	2,8	2,5	2,7
-Consumo privado	3,2	3,2	3,2	2,9	3,1	2,9	2,7	2,4	2,0
-Consumo Público	1,6	1,6	1,7	2,2	2,5	2,4	1,9	2,5	2,0
-FBCF	3,1	3,1	3,6	-2,1	-2,9	-1,2	3,0	1,8	4,5
-Exportações Bens e Serviços	8,9	8,9	9,0	8,0	5,6	7,0	7,0	7,1	7,2
-Importações Bens e Serviços	5,8	5,8	5,8	2,9	2,0	3,2	5,0	4,7	5,1
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	-	0,0	0,0
IPC (t.v.)	3,2	3,2	3,2	1,9	2,6	2,3	2,5	2,6	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	4,6	4,6	4,6	4,8	4,6	4,7	5,0	4,8	5,0
Saldo Global do SPA (% PIB)	-2,6	-2,3	-2,3	-2,5	-2,7	-2,6	-2,5	-2,9	-2,9
Balança Corrente (% PIB)	-6,5	-6,5	-6,1	-6,1	-6,1	-5,8	-6,0	-6,2	-6,0
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	..	-	5,0	..

(a) FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) OCDE - Economic Outlook - Interim assessment, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N° 81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Relativamente à **Zona Euro**, de acordo com as últimas projecções do Eurostat (Setembro de 2007) o crescimento do PIB no 2º trimestre de 2007 desacelerou para os 2,5% (3,2% no 1º trimestre), em resultado de um aumento do crescimento do consumo privado e das exportações e de um abrandamento do investimento. Ainda de acordo com estas projecções, o intervalo de crescimento em cadeia para os 3º e 4º trimestres de 2007 situa-se entre 0,3% e 0,8% e 0,2% e 0,8%, respectivamente. Para o 1º trimestre de 2008, o intervalo de crescimento em cadeia previsto situa-se entre 0,2% e 0,9%.

A Comissão Europeia, nas previsões intercalares (Setembro de 2007), reviu ligeiramente em baixa o crescimento da Zona Euro para 2007 (-0,1 p.p. face à estimativa anterior), fixando a sua estimativa em 2,5% (Quadro 1.4). Esta estimativa reflecte uma revisão em baixa do crescimento para o 3º e 4º trimestres de 2007. De acordo com a CE, prevê-se que a procura interna continue a ser o principal contribuinte para o crescimento do PIB. Para 2008, a CE estima uma taxa de crescimento de 2,5%.

Quadro 1.4

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Zona Euro

Zona Euro	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,8 ^{a)}	2,8	2,7	2,6 ^{a)}	2,6 ^{b)}	2,5 ^{c)}	2,5 ^{a)}	2,3	2,5
-Consumo privado	1,9	1,9	1,8	1,7	2,0	2,1	2,0	2,3	2,4
-Consumo Público	2,1	2,1	2,1	1,4	1,8	1,8	1,6	1,6	1,8
-FBCF	4,5	5,1	4,7	4,1	4,3	4,4	3,6	3,0	3,6
-Exportações Bens e Serviços	8,2	-	8,2	5,7	-	6,7	5,3	-	6,0
-Importações Bens e Serviços	7,6	-	7,7	5,6	-	6,7	5,5	-	6,2
Contributo procura externa líquida p/ PIB	0,4	0,3	0,3	0,1	0,3	0,1	-	0,0	0,0
IHPC (t.v.)	2,2	2,2	2,2	2,0	1,8	2,0 ^{c)}	2,0	2,0	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,7	7,8	7,9	7,3	7,1	7,3	7,1	6,7	6,9
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,6	-1,6	-1,2	-1,0	-1,0	-1,1	-0,7	-0,8
Balança Corrente (% PIB)	-0,3	0,1	0,0	-0,3	0,4	0,2	-0,4	0,4	0,1
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	3,5	3,1	3,1	3,5	4,1	-	-	4,3	-

(a) FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) OCDE - Interim assessment, Setembro 2007; (c) CE - Interim Forecast, Setembro 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

De acordo com as estimativas mais recentes do Eurostat (Setembro 2007), a **economia alemã** abrandou no 2º trimestre de 2007, crescendo a uma taxa de 2,5% em termos homólogos, após 3,6% no 1º trimestre. De acordo com *Federal Statistical Office* da Alemanha, o crescimento económico no 2º trimestre foi principalmente baseado no dinamismo do comércio externo. A Comissão Europeia nas suas previsões mais recentes (Setembro de 2007), estima um crescimento do PIB da Alemanha de 2,4% em 2007 (Quadro 1.5), o que se traduz em menos 0,1 p.p. relativamente às previsões anteriores. De acordo com a CE, o investimento e o consumo privado continuarão a contribuir para o crescimento do PIB.

Quadro 1.5

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Alemanha

ALEMANHA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,8 ^{a)}	3,0	2,7	2,6 ^{a)}	2,6 ^{b)}	2,4 ^{c)}	2,4 ^{a)}	2,2	2,4
-Consumo privado	0,8	1,0	0,8	0,4	0,9	1,0	1,3	1,7	2,3
-Consumo Público	1,8	1,8	1,8	0,5	1,3	1,0	1,1	1,8	0,9
-FBCF	5,6	6,4	5,6	4,7	4,9	4,9	4,1	2,7	3,7
-Exportações Bens e Serviços	12,5	12,9	12,5	6,2	9,4	8,7	4,7	7,2	7,1
-Importações Bens e serviços	11,1	11,5	11,1	5,7	7,7	8,5	5,0	7,5	7,6
Contributo procura externa líquida p/ PIB	1,1	1,2	1,1	0,6	1,2	0,5	0,2	0,4	0,2
IHPC (t.v.)	1,8	1,8	1,8	2,0	1,8	2,1 ^{c)}	1,6	1,7	1,7
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,1	8,1	8,4	7,8	6,9	7,3	7,6	6,3	7,5
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,7	-1,7	-1,7	-1,3	-0,7	-0,6	-1,3	-0,4	-0,3
Balança Corrente (% PIB)	5,1	5,1	4,7	5,3	6,7	5,6	5,2	7,0	5,7

(a) FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) OCDE - Interim assessment, Setembro 2007; (c) CE - Interim Forecast, Setembro 2007
 Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007
 CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

De acordo com as Contas Nacionais de **Espanha**, a economia espanhola manteve um grande dinamismo no 2º trimestre de 2007, ao crescer a uma taxa de 4,0% em volume em termos homólogos, (4,1% no 1º trimestre). Para esta evolução contribuiu principalmente a procura interna, em particular o investimento. As previsões intercalares da Comissão Europeia (Setembro de 2007) mantiveram o crescimento da economia espanhola em 2007, apontando para uma taxa de crescimento do PIB de 3,7% (Quadro 1.6). De acordo com estas previsões, em 2007 a actividade económica em Espanha deverá continuar apoiada na procura interna. Para 2008, a CE estima um crescimento de 3,4%.

Quadro 1.6

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas de Espanha

ESPAÑA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,9 ^{a)}	3,9	3,9	3,8 ^{a)}	3,6	3,7 ^{b)}	3,4 ^{a)}	2,7	3,4
-Consumo privado	3,7	3,7	3,7	3,3	3,6	3,5	3,2	2,8	3,3
-Consumo Público	4,4	4,4	4,4	4,0	5,5	4,6	3,8	3,9	4,8
-FBCF	6,3	6,3	6,3	5,6	4,8	6,0	4,8	2,7	5,0
-Exportações Bens e Serviços	6,2	6,2	6,2	6,2	6,3	5,8	6,2	6,3	5,4
-Importações Bens e serviços	8,4	8,4	8,4	7,3	7,9	7,6	6,9	6,5	7,0
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-1,0	-1,0	-1,0	-0,8	-0,9	-0,9	-0,6	-0,5	-0,9
IHPC (t.v.)	3,6	3,6	3,6	2,6	2,5	2,5 ^{b)}	2,7	2,7	2,6
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,5	8,5	8,6	7,8	8,2	8,1	7,7	8,1	7,8
Saldo Global do SPA (% PIB)	1,8	1,8	1,8	1,3	1,5	1,4	1,1	1,5	1,2
Balança Corrente (% PIB)	-8,8	-8,7	-8,5	-9,4	-10,1	-9,1	-9,8	-10,5	-9,7

(a) FMI - World Economic Outlook, Julho 2007; (b) CE - Interim Forecast, Setembro 2007
 Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N° 81, Maio de 2007
 CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Em Agosto, a cotação média do **petróleo (brent)** desceu significativamente face ao mês anterior, situando-se em média nos 70,8 dólares por barril (77,2 dólares em Julho). Nos primeiros dias de Setembro, o preço do crude registou novamente uma trajectória ascendente, atingindo um máximo histórico no dia 13 de Setembro, ao ultrapassar os 80 dólares por barril nos EUA e aproximado dos 78 dólares por barril em Londres. Para esta situação contribuiu principalmente a especulação sobre a descida das reservas de gasolina nos EUA em virtude do abrandamento da produção das refinarias. No Mercado de Futuros, o preço médio do barril de petróleo rondou os 77 dólares para contratos com entrega entre Outubro e Dezembro de 2007. Para o primeiro trimestre de 2008, o preço médio do crude contratado situou-se ligeiramente acima dos 76 dólares por barril.

Em Julho de 2007, o preço de importação de petróleo em euros diminuiu face ao período homólogo do ano anterior (-7,3%) (Quadro 1.7). Essa evolução reflectiu uma ligeira subida do preço das ramas descarregadas, avaliadas em dólares (+0,3%) e um efeito cambial favorável (-7,6%). Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Julho de 2007, em cerca de 54,8% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979 (Figura 1.1).

Quadro 1.7

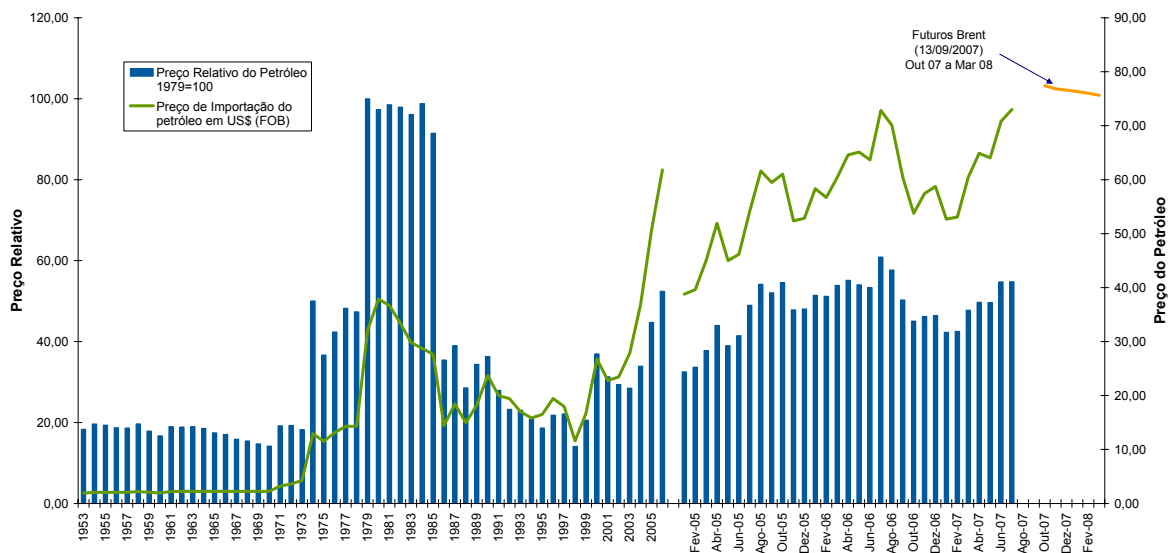
Evolução do Preço Relativo de Importação do Petróleo

	Unidade	2005	2006	2006						2007						
				I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
(a) Preço de importação do petróleo (USD)	VH	37,1	22,1	42,2	35,1	16,0	2,2	-5,2	3,3	-9,6	-6,4	0,1	0,5	-1,6	11,2	0,3
(b) Efeito Cambial	VH	-1,2	-1,2	8,7	-0,4	-3,7	-7,9	-7,6	-5,5	-6,1	-8,3	-8,4	-7,5	-3,8	-5,1	-7,6
(c) Preço de importação do petróleo (EUR)	VH	35,5	20,6	54,6	34,5	11,8	-5,9	-12,5	-2,4	-15,1	-14,2	-8,4	-7,1	-5,4	5,6	-7,3
(d) Deflator do PIB ¹	VH	2,8	2,9	2,7	3,1	2,8	2,9	3,3	3,0	3,2	3,3	3,4	3,1	3,0	2,9	3,0
(e) Preço relativo do petróleo ²	VH	31,8	17,2	50,6	30,5	8,7	-8,5	-15,3	-5,2	-17,8	-16,9	-11,4	-9,8	-8,1	2,6	-10,0
Por memória:																
(f) Preço de importação do petróleo (f.o.b) ³	USD	50,7	61,8	58,5	64,5	67,8	56,6	55,4	66,6	52,7	53,1	60,4	64,9	64,1	70,8	73,0
(g) Cotações internacionais do petróleo	USD	53,4	64,4	61,0	68,3	69,4	59,0	57,0	66,1	53,4	57,6	60,1	65,1	65,1	68,2	73,7
(f/g) Preço importação/Cotações internacionais	rácio (%)	95,0	96,0	95,8	94,4	97,7	95,9	97,2	100,7	98,7	92,2	100,6	99,7	98,4	103,8	99,1
(h) Preço relativo do petróleo (USD) (1979=100)	(%)	44,7	52,4	52,2	54,2	56,3	45,9	44,2	51,4	42,3	42,6	47,8	49,7	49,7	54,8	54,8

(1) Cálculo do GEE. Sempre que não haja deflator utiliza-se o último deflator conhecido.
 (2) Cálculo do GEE. O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal. A contabilidade (c) = (a) * (b); (e) = (c) - (d) não se verifica exactamente pois a decomposição das taxas de crescimento não é aditiva.
 (3) Cálculo do GEE com base em dados da Galp Energia, relativos às importações mensais de ramas de petróleo bruto.
 Fontes: Cotações Internacionais - IMF (Primary Commodity Prices) - média simples dos preços U.K. Brent, Dubai e West Texas Intermediate; Preços de Importação - Galp Energia; Taxa de Câmbio - Galp Energia; Deflator do PIB - INE, Contas Nacionais.

Figura 1.1

Evolução do Preço Relativo do Petróleo



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em USD); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio). O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

De acordo com as **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao **2º trimestre de 2007** (Quadro 2.1), a economia portuguesa desacelerou relativamente ao 1º trimestre, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) crescido 1,6% em termos homólogos (2,0% no 1º trimestre). Esta evolução foi determinada pelo abrandamento da procura externa líquida, que contribuiu com 0,5 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento do PIB (1,9 p.p. no 1º trimestre de 2007). Por sua vez, aumentou o contributo da procura interna que passou de 0,1 p.p. no 1º trimestre de 2007 para 1,1 p.p no 2º trimestre. Esta evolução da procura interna reflecte uma aceleração no Consumo Privado e também uma melhoria da FBCF, que registou um taxa de crescimento positiva (+0,2%), pela primeira vez desde o 2º trimestre de 2004. As Exportações de Bens e Serviços cresceram 5,6% em termos homólogos, desacelerando face ao trimestre anterior (8,5%) enquanto as importações cresceram acima do verificado no 1º trimestre (3,4%, contra 2,4%).

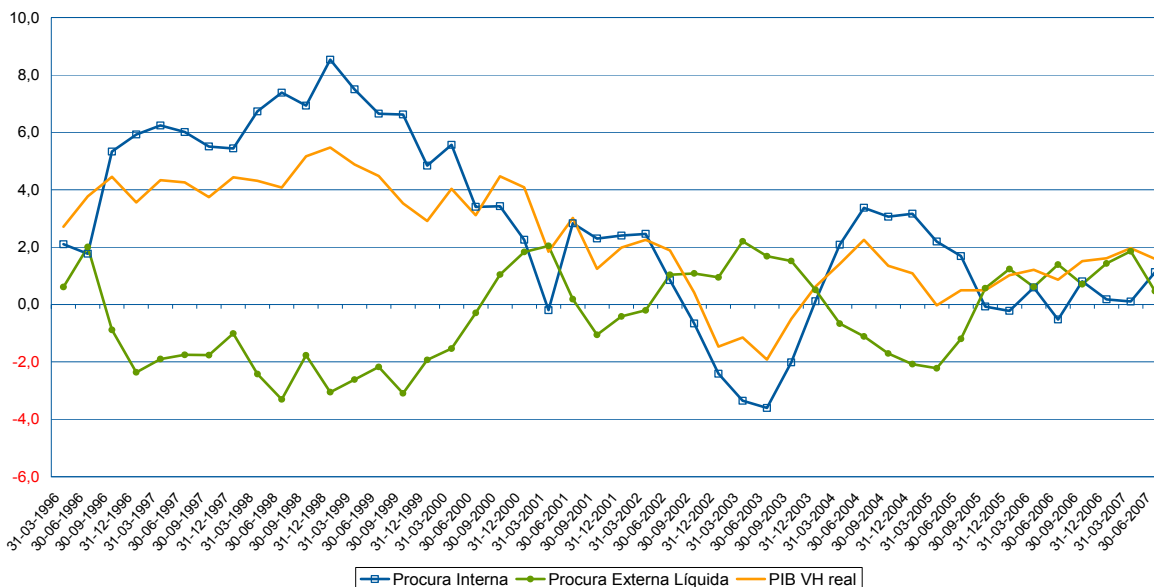
Quadro 2.1

Indicadores Trimestrais

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2004	2005	2006	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
PIBpm	INE	Milhões euros	144 128	148 852	155 131	37 917	38 628	39 019	39 568	39 941	40 409
PIBpm		VH Real	1,5	0,5	1,3	1,2	0,9	1,5	1,6	2,0	1,6
Consumo Privado		VH Real	2,5	2,2	1,1	1,1	0,3	1,7	1,2	1,1	1,4
Consumo Público		VH Real	2,6	2,2	-0,5	0,2	-0,4	-0,8	-0,9	-0,8	-0,7
FBCF		VH Real	0,2	-3,3	-1,6	-1,1	-1,3	-1,4	-2,7	-0,9	0,2
Exportações Bens e Serviços		VH Real	4,0	1,2	8,9	8,6	7,7	9,2	10,0	8,5	5,6
Importações Bens e Serviços		VH Real	6,7	1,9	4,3	5,0	2,6	5,5	4,3	2,4	3,4
FBCF sem construção	INE	VH Real	2,3	-1,9	2,9	0,5	5,1	4,3	1,7	2,1	1,5
Balança Corrente / PIB (fim de período)	BP	%	-7,7	-9,7	-9,4	-11,0	-10,8	-9,5	-9,4	-8,7	-9,2
Saldo Total-SPA / PIB (exc. med. tempor)	DGO/INE	%	-3,3	-6,0	-3,9						
Taxa de desemprego	INE	(%)	6,7	7,6	7,7	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9
Inflação	INE	(%)	2,4	2,3	3,1	3,2	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6

Figura 2.1

Contributos para o crescimento do PIB Trimestral



De acordo com o INE, no 2º trimestre de 2007 a **taxa de desemprego** fixou-se em 7,9%, baixando 0,5 p.p. face ao 1º trimestre (8,4%) e invertendo a tendência de subida que se vinha verificando desde o 3º trimestre de 2006 (Quadro 2.1). A taxa de desemprego mensal calculada pelo Eurostat tem-se mantido estável, ao nível dos 8,2% (Quadro 2.2). O IEFP registou, em Julho, uma diminuição homóloga de 10,8% (a que correspondem menos 47 330 indivíduos em termos homólogos) no número de desempregados

inscritos nos centros de emprego (-12,2% em Junho). A redução do número de desempregados inscritos foi extensível ao desemprego de longa duração, que apresenta uma variação homóloga de -13,9% em Julho (-14,6% em Junho).

Em Agosto, a **Inflação**, medida pela variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) do INE, desceu 0,3 pontos percentuais face ao mês de Julho situando-se em 2,1% (Quadro 2.2).

Quadro 2.2

Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Taxa de Desemprego	Eurostat	%	7,6	7,5	7,9	8,2	8,2	8,2	8,3	8,2	8,2	8,2	
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	456 254	440 810	454 469	449 942	402 262	441 356	420 685	397 482	388 619	389 571	
Variação dos desempregados inscritos	IEFP	Periodo n-Periodo (n-1)	-30 174	-15 444	13 659	-4 527	-47 680	-9 481	-20 671	-23 203	-8 863	952	
Desempregados inscritos	IEFP	VH	-3,1	-6,1	-6,0	-7,5	-11,8	-8,1	-10,4	-13,0	-12,2	-10,8	
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH	-2,9	-6,5	-7,8	-10,5	-14,0	-10,9	-12,4	-15,0	-14,6	-13,9	
Variação da população empregada	INE	Periodo n-Periodo (n-1)	53 900	6 500	-44 500	-7 100	18 900						
Evolução da população empregada	INE	VH	1,0	1,1	0,2	0,2	-0,5						
Índice do Custo de Trabalho	Eurostat	VH	4,3	3,8	4,3	3,8	3,2						
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat	VH	2,8	2,5	2,4	2,3	2,5						
Por memória:													
Inflação (IPC)	INE	VH	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6	2,3	2,8	2,5	2,4	2,4	2,1

Relativamente aos indicadores avançados de **actividade económica** (Quadro 2.3), apenas o Indicador Coincidente Mensal (BP) (Figura 2.1) manteve em Julho uma trajectória ascendente, situando-se a variação homóloga nos 2,3% (2,1% VH no 2º trimestre). O Indicador de Sentimento Económico (Eurostat) registou uma descida de 1,7 pontos percentuais, em média nos meses de Julho e Agosto, face ao 2º trimestre de 2007 em que registou o melhor nível dos últimos seis anos. Também o Indicador de Clima Económico (INE) diminuiu ligeiramente nos meses de Julho e Agosto relativamente ao 2º trimestre. O Indicador Compósito Avançado da OCDE continuou em Julho a tendência de desaceleração já verificada no 2º trimestre.

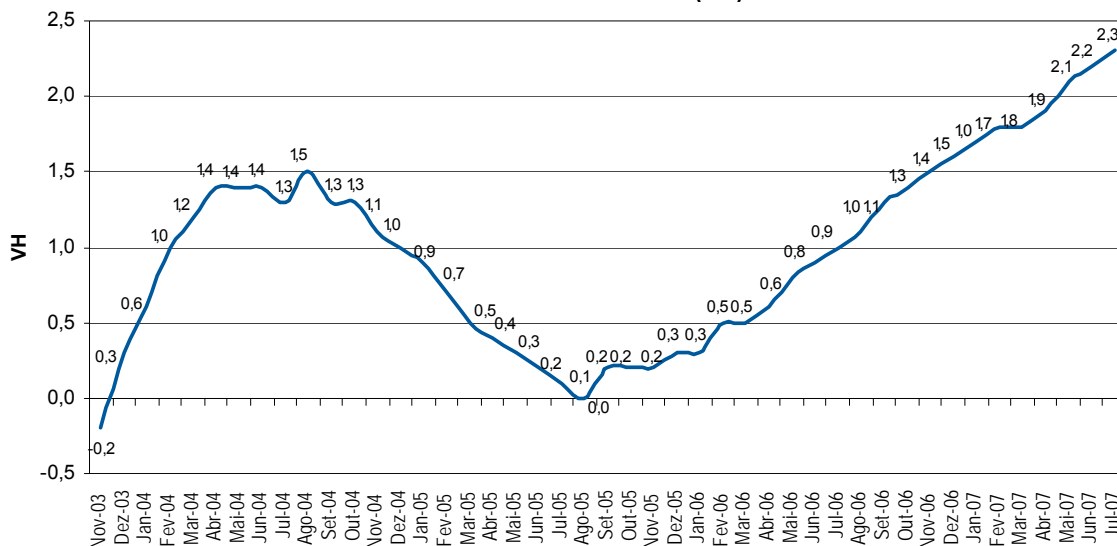
Quadro 2.3

Indicadores avançados de actividade geral

Indicadores de Actividade Geral	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	0,7	0,6	0,6	1,1	1,9	1,1	1,5	1,6	1,9		
Indicador Coincidente Mensal	BP	VH	0,7	1,1	1,5	1,8	2,1	1,8	1,9	2,1	2,2	2,3	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	0,2	0,6	0,6	0,9	1,4	0,9	1,0	1,2	1,4	1,3	1,2
Indicador Compósito Avançado	OCDE	LI 6M	6,0	6,5	6,2	6,0	3,8	5,2	4,5	3,3	3,5	3,1	
Indicador do Sentimento Económico	Eurostat	(1990-2003)=100	92,2	95,5	98,4	100,3	101,8	100,8	101,6	102,0	101,9	100,9	99,2

Figura 2.1

Indicador Coincidente Mensal (BP)



No que respeita aos indicadores do **Consumo Privado** (Quadro 2.4) o Indicador Coincidente do Consumo Privado manteve em Julho o nível do 2º trimestre de 2007 (1,4% VH), enquanto que o nível de Confiança dos Consumidores se deteriorou em Julho e Agosto (-34,9 SRE em média) face ao 2º trimestre (-32,9 SRE). Esta evolução foi acompanhada por uma deterioração do Índice de Volume de Negócios de Comércio a Retalho em Julho, tanto na componente alimentar como na componente não alimentar. Em contrapartida, o Índice do Volume de Negócios nos Serviços acelerou em Julho, face ao crescimento verificado no 2º trimestre de 2007. Também as Vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros registaram, em Julho e Agosto, uma evolução muito positiva face ao 2º trimestre de 2007.

Quadro 2.4
Indicadores avançados do consumo privado

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	VH	0,8	1,2	1,7	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-34,5	-33,0	-31,6	-34,0	-34,0	-35,7
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho (p.const)	INE	VH (v.c.s)	-0,7	3,4	1,2	1,7	-0,1	4,0	-1,3	-0,9	2,1	-0,9	
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	2,0	5,0	2,2	3,3	1,9	6,2	1,5	1,3	3,0	0,9	
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	-2,9	2,1	0,4	0,4	-1,7	2,2	-3,7	-2,8	1,4	-2,3	
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-14,6	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-22,7	-5,6	-10,7	-0,9	5,4	4,1
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	-0,3	1,6	1,4	0,8	3,0	3,8	2,5	3,3	3,2	6,6	
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-9,2	-3,3	-7,2	-5,4	-0,1	-1,7	-5,8	1,8	2,7	20,2	11,6

Relativamente ao **Investimento** (Quadro 2.5), os dados disponíveis apontam no sentido da continuação da recuperação. O Indicador de FBCF recuperou significativamente no 2º trimestre de 2007 (6,1 M3M) revelando uma dinâmica favorável face ao 1º trimestre (-1,4, M3M). O Indicador de Confiança na Construção melhorou em Agosto face ao 2º trimestre e as vendas de cimento inverteram a tendência negativa dos meses anteriores, crescendo significativamente em Julho (5,8% VH), após um crescimento negativo no 2º trimestre (-3,9 VH). Também os Índices de Produção Industrial de Bens de Investimento e de Máquinas e Equipamentos aceleraram em Julho, relativamente ao 2º trimestre. O Índice de Novas Encomendas de Bens de Investimento manteve-se negativo em Julho mas melhorou ligeiramente face ao 2º trimestre de 2007. As Vendas de Viaturas Comerciais Ligeiras e Pesadas apontam também para uma evolução favorável na componente de investimento em Material de Transporte.

Quadro 2.5
Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Indicador de FBCF	INE	M3M	-5,3	-3,0	-4,6	-1,4	6,1	2,2	6,1		
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH(v.c.s)	-2,4	-2,5	-7,0	-0,5	-1,3	0,2	-2,8	-0,2	
IPI - Bens de Investimento	INE	VH(v.c.s)	-0,7	1,8	1,3	6,0	2,5	2,0	0,7	3,7	
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	2,0	1,5	7,0	23,7	-3,7	4,4	-10,4	-3,6	
Importações de Bens de Investimento	INE	VH	1,3	10,1	11,3	6,3		9,1			
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-39,5	-41,0	-41,5	-36,0
Vendas de Cimento	BP	VH	-7,8	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9	-5,4	-5,3	5,8	
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-11,6	-2,4	3,5	-1,3	40,2	34,7	72,7	-19,9	29,2
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	24,8	52,0	-33,3	-1,6	-4,7	148,3	88,0	37,2	51,0

Em relação ao **Comércio Externo** (Quadro 2.6), assinala-se um comportamento diferenciado nas componentes “mercadorias” e “serviços”. De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, as exportações de mercadorias cresceram 7,0% em Julho, em ligeira aceleração face ao 2º trimestre de 2007, mas as importações de mercadorias registaram uma aceleração mais significativa (para 8,2%, após 4,3% no 2º trimestre), reflectindo a retoma da procura interna. No que respeita à componente de serviços, as exportações aumentaram 20,6% e as importações diminuíram 9,5% em termos homólogos. No conjunto, tanto as exportações de bens e serviços como as importações de bens e serviços aceleraram

em Julho (11,4% e 5,4%, respectivamente), mas a dinâmica das exportações foi mais pronunciada. Estes dados sugerem a manutenção de um contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento económico, sendo que esse contributo estará muito apoiado na componente de serviços.

Quadro 2.6
Balança de Bens e Serviços e Indicadores Avançados de Procura Externa

	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
BENS	BP	VH	-2,2	0,2	-8,2	-16,2	0,1	7,9	-7,6	11,1	
Crédito (Exportações)	BP	VH	12,9	13,5	13,2	11,4	6,3	2,6	3,4	7,0	
Débito (Importações)	BP	VH	7,4	8,8	5,4	2,2	4,3	4,3	-0,1	8,2	
SERVIÇOS	BP	VH	27,4	23,0	43,1	76,1	35,1	38,1	31,1	57,6	
Crédito	BP	VH	15,0	15,0	15,1	16,1	15,0	16,0	11,5	20,6	
Débito	BP	VH	9,8	8,9	4,1	2,8	5,3	5,2	2,1	-9,5	
BENS E SERVIÇOS	BP	VH	-9,7	-15,6	-20,5	-28,9	-12,4	-3,5	-21,8	-40,5	
Crédito	BP	VH	13,4	14,0	13,7	12,6	8,7	6,3	5,6	11,4	
Débito	BP	VH	7,8	8,8	5,2	2,3	4,4	4,4	0,3	5,4	
Por memória:											
Indicadores Avançados de Procura Externa											
Volume de Negócios na Indústria - Mercado Externo	INE	VH	11,0	16,3	16,0	12,3	6,5	3,6	1,6	6,2	
Novas Encomendas à Indústria - Mercado Externo	INE	VH	17,8	21,7	20,0	11,5	7,6	20,4	-3,4	2,7	
Inquérito à Ind. Transformadora - Procura Externa	INE	SRE-VE	-14	-14	-11	-7	-2	-1	4	-1	-3

O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Verão, manteve as estimativas de crescimento para a Economia Portuguesa em 2007 (1,8%). Esta projecção assenta numa diminuição das estimativas para o consumo privado e num aumento das estimativas para o investimento e exportações. O BP aponta ainda para um défice da balança corrente de 7,9% em 2007 (8,1% em 2008). Para 2008, o BP reviu em alta as previsões de 2,1% para 2,2%, esperando que o menor contributo da procura interna seja mais do que compensado pelo maior contributo das exportações líquidas.

No Quadro 2.7 apresenta-se um mapa com as **previsões** de crescimento para a Economia Portuguesa efectuadas por várias instituições.

Quadro 2.7
Previsões para a Economia Portuguesa

Crescimento real em percentagem:	2007					2008				
	OCDE	CE	FMI	PEC	BP	OCDE	CE	FMI	BP	PEC
	Maio-07	Maio-07	Abril-07	(2006-2010)	Jul-07	Maio-07	Maio-07	Abril-07	Jul-07	(2006-2010)
PIB	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	2,1	2,2	2,4
-Consumo privado	1,4	1,3	1,3*	1,3	1,4	1,8	1,5	-	1,4	2,0
-Consumo Público	-1,0	-0,1	-	-1,3	-0,1	-1,1	0,3	-	0,3	-1,5
-FBCF	0,8	0,4	2,4*	1,9	0,6	5,2	2,9	-	3,1	4,0
-Exportações Bens e Serviços ⁽¹⁾	6,3	6,8	4,9*	7,2	7,2	6,3	5,9	-	6,5	6,8
-Importações Bens e serviços ⁽¹⁾	3,0	3,6	3,5*	3,7	3,4	5,5	4,2	-	4,2	4,3
IHPC (t.v.) ⁽²⁾	2,0	2,3	2,5	2,1	2,5	2,2	2,3	2,4	2,3	2,1
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,6	7,7	7,4	7,5	-	7,1	7,5	7,3	-	7,2
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,3	-3,5	-3,3	-3,7	-	-2,4	-3,2	-2,6	-	-2,6
Balança Corrente (% PIB) ⁽³⁾	-8,8	-9,5	-9,1	-9,1	-7,9	-9,5	-9,0	-9,1	-8,1	-8,4

(1) No caso do FMI, Exportações e Importações de Bens

(2) No caso do PEC - Índice de Preços no Consumidor (IPC)

(3) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril 2007 e * Staff Report 2006, Article IV Consultation, Outubro de 2006; OCDE, Economic Outlook N°81,

Maio de 2007; CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2007; BP- Boletim Económico, Verão de 2007;

PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento 2006-2010, Dezembro de 2006

3. Dinâmica Sectorial

As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 2º trimestre de 2007 (*Quadro 3.1*) apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,7%, o que representa uma ligeira desaceleração em relação ao trimestre anterior (1,8%). Os sectores mais dinâmicos foram mais uma vez a Electricidade, Gás e Água e a Indústria embora esta última registasse uma ligeira desaceleração no 2º trimestre face ao trimestre anterior. Registaram-se apenas situações ligeiras de crescimento negativo, na Agricultura e na Construção, sendo que esta última registou no 2º trimestre uma forte recuperação face à dinâmica verificada nos trimestres anteriores. Relativamente ao **Emprego**, verificou-se uma redução homóloga de -0,5% no 2º trimestre de 2007, com comportamentos diferenciados ao nível sectorial (*Quadro 3.2*).

Quadro 3.1

Evolução real do VAB por sectores, preços constantes, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	3,6	-8,1	8,4	9,4	11,5	9,4	3,5	-0,4
Electricidade, gás e água	2,8	1,3	4,7	3,1	5,9	5,2	3,7	4,4
Indústria	16,5	-1,7	1,5	-0,2	2,5	2,5	4,0	3,2
Construção	5,9	-3,3	-5,3	-6,7	-6,3	-6,1	-3,5	-0,8
Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,0	1,8	1,7	1,5	2,7	2,0	2,7	2,3
Transportes e Comunicações	7,5	-0,6	0,7	0,5	0,8	1,9	1,8	2,6
Actividades Financeiras e Imobiliárias	15,3	1,3	3,0	1,7	2,6	4,0	1,7	1,2
Outros Serviços	31,3	1,0	0,6	0,5	0,8	0,9	1,0	1,2
<i>Por memória:</i>								
Valor Acrescentado Bruto (const)		0,0	1,3	0,6	1,7	1,9	1,8	1,7

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Setembro 2006

Quadro 3.2

Evolução do emprego por sectores, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,7	-1,9	-0,4	1,7	0,2	-2,5	-0,2	-1,5
Electricidade, gás e água*	0,8	-4,1	-0,5	-0,5	-0,7	3,2	24,6	24,7
Indústria Transformadora	19,0	-3,4	1,2	0,4	3,3	2,4	-1,2	-2,4
Construção	10,7	1,1	-0,2	0,8	-2,4	-0,5	1,6	1,3
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,0	0,1	-1,7	-1,9	-1,3	-2,9	-0,2	-1,2
Transportes e Comunicações	4,6	3,0	8,5	10,5	8,0	10,1	1,8	-6,0
Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,5	-2,6	1,5	0,2	7,0	3,6	7,7	8,8
Outros Serviços	25,6	3,4	1,7	2,1	0,6	-0,2	-2,0	-1,4
<i>Por memória:</i>								
Emprego - Total		0,0	0,7	1,0	1,1	0,2	0,2	-0,5

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 2º trimestre 2006

*Inclui Indústria Extractiva

No que respeita aos indicadores avançados para a **indústria** (*Quadro 3.3*), os Índices de Produção Industrial Total e para a Indústria Transformadora registaram em Julho uma aceleração significativa face ao crescimento verificado em Junho, mas com taxas de crescimento ainda inferiores às registadas no conjunto do 2º trimestre. Assinala-se também uma aceleração do Índice de Volume de Negócios na Indústria em Julho, com maior dinamismo na componente Mercado Nacional relativamente à componente Mercado Externo. No que respeita ao Índice de Novas Encomendas na Indústria, a situação é inversa, com a componente mercado externo a registar uma forte recuperação em Julho face ao mês anterior. O nível de confiança no sector registou uma diminuição em Julho, segundo o Eurostat, situando-se em -4,0 (SRE-VE), valor inferior ao registado nos dois trimestres de 2007.

Quanto aos Índices de Produção Industrial sectoriais, para Julho de 2007, destacam-se pela positiva os mesmos subsectores que já se haviam evidenciado no 2º trimestre, a “Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica”, “Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas”, e de “Fabricação de Material de Transporte” (com 14,1%, 14,0% e 12,9%, VH, respectivamente).

Quadro 3.3
Indicadores Sectoriais para a Indústria

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	1T07	2T07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Índice de Produção Industrial - Total (cdu, vcs)	INE	VH	4,3	1,6	2,2	-0,3	1,0
Índice Volume Negócios na Indústria	INE	VH	7,1	5,2	4,4	2,0	8,2
Mercado Nacional	INE	VH	3,9	4,5	4,8	2,3	9,4
Mercado Externo	INE	VH	12,3	6,5	3,6	1,6	6,2
Índice de Novas Encomendas na Indústria	INE	VH	12,5	3,7	7,9	-2,8	1,0
Mercado Nacional	INE	VH	13,3	0,7	-1,0	-2,3	-0,3
Mercado Externo	INE	VH	11,5	7,6	20,4	-3,4	2,7
Indicador de Confiança na Indústria (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-2,3	-0,7	0,0	-1,0	-4,0
Índice de Emprego na Indústria	INE	VH	-1,9	-1,7	-1,7	-1,6	-1,7
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora (cdu,vcs)	INE	VH	4,7	3,6	3,7	0,8	1,9
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH	7,1	5,2	4,7	1,9	8,4
Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora							
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-2,0	-1,1	0,0	-1,7	-4,3
Carteira de Encomendas Global (tendência)	INE	SRE-VE	0,0	-2,0			

Quadro 3.4
Índice de Produção Industrial por subsecções¹, variação homóloga

	2006	1T07	2T07	Mai-07	Jun-07	Jul-07
Índice de Produção Industrial (Total)	2,8	4,3	1,6	2,2	-0,3	1,0
C- Indústrias extractivas	-9,9	8,0	5,0	9,5	-6,0	7,1
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos	-9,9	8,0	5,0	9,5	-6,0	7,1
D- Indústrias transformadoras	2,3	4,7	3,6	3,7	0,8	1,9
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	3,7	8,6	5,0	2,6	2,6	-2,0
DB- Indústria têxtil	-4,3	-0,5	-3,0	-3,7	-2,5	
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	-8,7	-5,4	-3,0	-3,7	-1,5	-4,9
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	3,2	3,7	5,2	8,3	2,1	
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1,8	1,7	-1,7	-0,2	-6,5	-6,3
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,7	-9,3	-3,9	-1,4	-10,9	-3,4
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	1,6	1,7	1,3	5,4	-2,2	-1,9
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-0,1	11,7	11,9	12,7	8,9	14,0
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-1,5	-0,1	4,0	3,5	3,6	2,5
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	5,7	0,8	0,8	0,5	-2,7	
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	-3,1	-0,5	-1,3	0,2	-2,8	-0,2
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	18,3	18,2	16,5	17,1	10,4	14,1
DM- Fabricação de material de transporte	3,7	21,8	10,1	9,3	7,7	12,9
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	-6,7	0,1	1,1	0,9	-4,3	
E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	1,0	-11,5	-8,7	-7,0	-5,2
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	1,0	-11,5	-8,7	-7,0	-5,2

¹ Corrigidos de dias úteis e sazonalidade.

No sector da **Construção** (Quadro 3.5), a generalidade dos indicadores aponta para a manutenção da recuperação registada ao longo do primeiro semestre de 2007. De acordo com o Banco de Portugal, as vendas de cimento registaram um crescimento muito significativo em Julho (+5,8%). De acordo com o Eurostat, nos meses de Julho e Agosto os níveis de confiança mantiveram-se em -35,0 (SRE-VE), o que representa uma recuperação face à média do 2º trimestre (-38,3, SRE-VE).

Quadro 3.5
Indicadores sectoriais para a Construção

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	1T07	2T07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Índice de produção na construção e obras públicas	INE	VH/VM3M	-6,8	-4,7	-4,7	-3,7	
Vendas de cimento (1)	BP	VH	-4,0	-3,9	-5,3	5,8	
Licenciamento de obras	INE	VH	-11,7				
Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-14,3	-23,3	:	:	:
Indicador de Confiança na Construção (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-39,0	-38,3	-33,0	-35,0	-35,0
Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas							
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-43,8	-40,7	-41,0	-41,5	-36,0
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-65,7	-60,0	-58,0	-62,0	-56,0
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-22,0	-21,3	-24,0	-21,0	-16,0
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-25,3	-22,3	-24,0	-24,0	-24,0
Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-18,3	-17,7	-18,0	-20,0	-19,0
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-5,6	-4,1	-3,3	-2,7	

(1) Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

Relativamente ao sector dos **Serviços** (Quadro 3.6), o Índice de Volume de Negócios (Julho) e o Índice de Volume de Vendas (Julho e Agosto) registam melhorias significativas face aos níveis registados no 2º trimestre, sugerindo um maior dinamismo da procura interna. Os indicadores de confiança do INE e do Eurostat apontam para conclusões diferentes, no que respeita aos níveis de confiança em Julho-Agosto quando comparados com o trimestre anterior.

No sector do **Comércio**, há a registar as acelerações do Indicador de Volume de Vendas em Julho e Agosto, tendo o valor de Agosto sido o mais elevado dos últimos 3 anos (5,9, SRE-VE). Essa melhoria foi extensível às duas componentes, Comércio a Retalho e Comércio por Grosso. No entanto, o Indicador de Confiança no sector registou, em Julho e Agosto uma descida, resultante da quebra das perspectivas de actividade para os próximos 3 meses.

Quadro 3.6
Indicadores Sectoriais para os Serviços e Comércio

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	1T07	2T07	Jun-07	Jul-07	Ago-07
Índice de volume de negócios nos Serviços	INE	VH,M3M	3,7	4,0	4,0	4,3	
Volume de vendas - tendência actual (vcs)	INE	SRE-VE	6,2	5,4	0,3	12,0	7,4
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	Eurostat	SRE-VE	17,7	21,0	23,0	24,0	21,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	INE	SRE-VE	6,6	9,1	6,7	10,5	6,6
Carteira de encomendas - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	9,4	9,9	7,6	9,1	8,1
Actividade da empresa - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-1,1	4,9	1,2	2,5	-1,7
Perspectivas da procura-próximos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	11,6	12,7	11,2	19,8	13,4
Índice de Emprego nos Serviços	INE	VH	0,0	-0,4	-0,7	-0,8	
Volume de Vendas no Comércio (últimos 3 meses)	INE	SRE-VE	-9,6	-3,7	-0,3	0,9	5,9
Indicador de confiança no Comércio	INE	SRE-VE	-6,3	-6,5	-7,4	-8,8	-7,1
Perspectivas de actividade (próximos 3 meses)	INE	SRE-VE	6,0	7,2	6,2	-1,5	1,1
Nível de existências	INE	SRE-VE	5,4	6,6	8,3	7,3	7,0
Índice Volume Negócios no Comércio a Retalho (1)	INE	VH, M3M	1,7	-0,1	-0,1	0,1	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (2)	INE	SRE-VE	-13,2	-5,7	-0,9	5,4	4,1
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho (vcs)	Eurostat	SRE-VE	4,0	6,3	7,0	7,0	7,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-12,2	-12,7	-12,5	-15,1	-13,4
Índice de Emprego no Comércio a Retalho	INE	VH	0,4	1,4	1,4	2,1	
Bens alimentares	INE	VH	1,3	4,7	5,2	5,7	
Bens não alimentares	INE	VH	-0,2	-0,8	-1,0	-0,1	
Volume de Vendas no Comércio por Grosso - últimos 3 meses	INE	SRE-VE	-6,8	-2,1	0,3	-2,7	7,3
Encomendas a fornecedores - próximos 3 meses	INE	SRE-VE	-7,1	-7,0	-12,4	-6,8	-8,8
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-1,5	-1,4	-3,3	-3,7	-2,0

(1) Valor deflacionado e corrigido de sazonalidade e dias úteis

(2) Valor corrigido de sazonalidade e dias úteis

Figura 3.1

Indicadores de Confiança

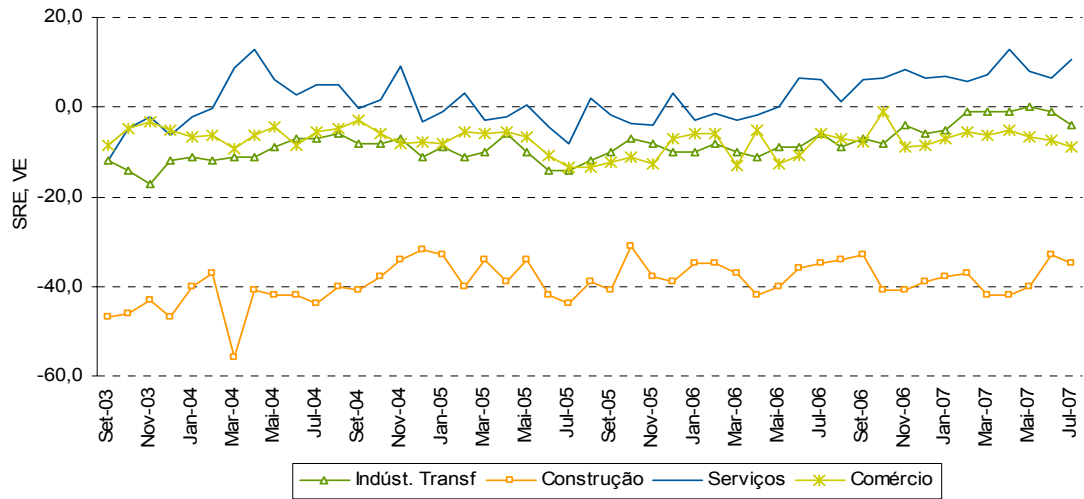
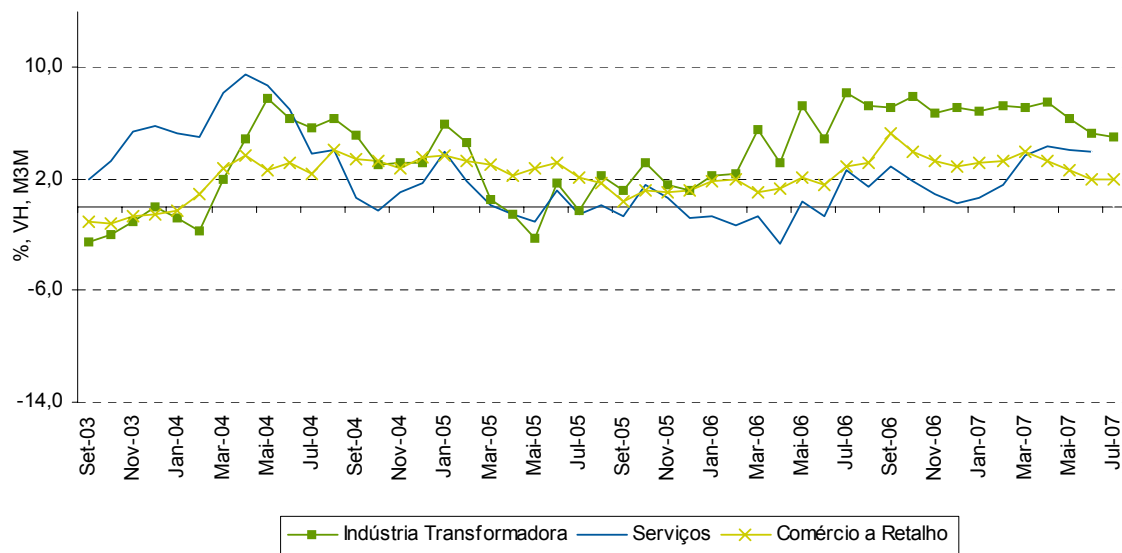


Figura 3.2

Índice de Volume de Negócios



4. Ensaios: Determinants of rural tourists' travel expenditures in North Portugal²

por Elisabeth Kastenholz³

I. Introduction.

Increasingly, rural tourism is considered an alternative tourism form in Portugal, a country that attracts international visitors mainly due to the Algarve's "sun and sea" product, the culturally attractive capital Lisbon, and by the unique and naturally appealing island of Madeira. Several authors have identified the country's potential as a rural tourism destination, with the recent development of family-owned, typical and frequently architectonically and historically most interesting manor and country houses as tourist accommodation contributing to the country's increasing appeal (Cavaco, 1995; Kastenholz, 2002). Particularly North Portugal has succeeded in attracting growing numbers of domestic and international travellers (Edwards and Fernandes, 1999; Kastenholz, 2002). These tourist flows may produce significant impacts on the local and regional economies at stake, marked by rural exodus and social and economic marginalization, with tourism sometimes being (exaggeratedly) perceived as the only chance left for rural populations to survive and prosper (Ribeiro, 2003). However, it is particularly in this context that an understanding of the market, its profile, behaviour and spending patterns is most relevant for a rural destination to be able to correctly address it, define the most interesting target market and design the complex tourism product in a way most appealing and satisfactory to this market.

This article starts with a review of previous studies on visitor spending in tourism. It presents next results of a large-scale study of the rural tourist market visiting North Portugal, particularly analysing determinants of visitor spending with multiple regression analysis. In light of these results, implications on destination marketing are discussed.

II. Visitor spending in tourism.

Tourists' visitor spending is one of the most critical variables of analysis for tourist destinations, since they directly determine the tourism sector's profitability. In a paper reviewing tourism expenditure research (on the macro level), Sheldon (1990) identified as the three most typically used determinants in these models: the level of income in the tourist generating country, the price level at the destination country, compared with the price level at the tourist generating country.

On the micro-level, individual tourist expenditure levels have been studied as dependent upon socio-demographics, professional status and available income (Seiler *et al*, 2002, Jang *et al.*, 2004; Cannon and Ford, 2002; Downward and Lumsdon, 2003). Cannon and Ford (2002) demonstrated that spending patterns were also related to the visitors' place of residence and to the fact of children being in the travel party. Also travel purpose revealed significant impacts, with business travel identified as related to highest spending patterns (Sakai, 1988). Specific leisure travel motives (e.g. nature, culture, sun and beach tourism) or benefits sought have rarely been studied in this context. However, a recent study of tourist expenditure levels in the Portuguese Central Region revealed that culturally interested tourists tended to spend relatively more than other tourist groups (Eusébio, 2005). Group size (Downward and Lumsdon,

² This article is based on the following article: Kastenholz, E., 2005, "Analyzing determinants of visitor spending for the rural tourist market in North Portugal", *Tourism Economics* (ISSN: 1354-8166), Volume 11 (4), pp. 555-569 (15); December 2005 IP Publishing Ltd.

³ Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade da autora não coincidindo necessariamente com as do Ministério da Economia e da Inovação.

2003) and duration of stay was shown to be positively correlated to overall expenditure levels (Seiler et al., 2002; Downward and Lumsdon, 2003; Jang et al., 2004). Downward and Lumsdon's (2003) study demonstrated, on the other hand, that decreased spending per day was related to longer duration. Jang et al. (2004) showed that first time visitors spent more than repeat visitors, although in this context the overall benefit of repeat visits should not be neglected.

From the destination's point of view, the visitors' spending behavior at the destination is of particular interest, but has not frequently been studied (Downward and Lumsdon, 2003). In this article this on-site spending is chosen as the dependent variable, being most important for identifying tourist segments and travel contexts that actually contribute most to the economic impact of tourism at the rural destination.

III. A survey of the rural tourism market in North Portugal

The data used for studying determinants of destination loyalty was collected in a one-year survey undertaken between 1998 and 1999, directed at tourists staying in rural areas in North Portugal, which yielded a total of 2280 valid responses. The main objective of the survey was the identification of the tourists' profile, their tourist behavior and their image of North Portugal as a rural tourist destination (Kastenholz, 2002).

Data collection was planned to lead to an approximately representative sample of leisure tourists staying in rural areas in Northern Portugal for holiday purposes. The carefully chosen cluster-sampling procedure, at diverse tourist attraction sites in the region, at different points in time, the very assertive approach of directly interviewing about 88 percent of the tourists encountered in these circumstances, and the global number of valid responses obtained sustains this assumption. The sample was controlled for a balanced spread between the rural sub-regions Minho, Douro and Tras-os-Montes, high and low season and the national versus foreign tourist market. Most important foreign nationalities were the German (20 %), British (15.4 %), French (14.4 %), Dutch (10.4 %) and Spanish (9 %) markets. Respondents tended slightly to the younger age ranges and higher educational levels. They revealed a high propensity of traveling and visiting the countryside for a holiday.

IV. Analyzing determinants of visitor spending with multiple regression

Potential determinants of individual daily expenditure levels at the destination, measured on ten intervals, were analyzed based on a multiple regression model. Specifically, daily expenditure per person is used as the dependent variable and motivational factors (resulting from a Principal Components Analysis of importance attributed to 25 selected destination attributes), age, educational level, length of stay, number of prior visits, nationality group (foreign versus domestic tourists), tourist season (high versus low) are used as independent variables. The two last mentioned independent variables enter the equation as "dummy variables", whereas all other represent ordinal or interval variables.

The six motivational components or factors of benefits sought resulted from a *Principal Components Analysis* (PCA) of perceptive ratings of 25 destination attributes, assessed through 5-point Likert-type scales, revealing reasonable values of internal consistency (Hair et al., 1998: 118). Missing values were excluded from analysis and Varimax rotation was applied in order to improve the interpretability of components. Both, inspection of the scree-plot and Kaiser's criterion were considered for component-extraction. The summarized results of the PCA are: KMO = 0.876; Bartlett's test of Sphericity: approximated chi-square = 11242,860, sign.= 0.000; all communalities are above 0.46; all variables with factor-loadings above 0.5; the measures of sampling adequacy of all variables are above 0.77; 68 percent of the residuals between observed and reproduced correlation have an absolute value below 0.05; 57 percent of total variance is explained by six factors:

- 1) Information and Access: sign-posting, tourist information, accessibility, professional service, infrastructures, ease of communication (13.2% variance explained, alpha=0.82);
- 2) Nature: peace and quiet, closeness to nature, isolation, walking paths, rural life, unpolluted environment (10.8% variance explained, alpha=0.82);
- 3) Action/ Fun/ Socializing: sports and recreation, nightlife, opportunities for children, socializing, variety of attractions (10.4% variance explained, alpha=0.74);
- 4) Basics: climate, sympathy of population, price, scenery (9.3% variance explained, alpha=0.64);
- 5) History and Culture: history and culture, architecture and monuments (7.4% variance explained, alpha=0.72);
- 6) Tourist Infrastructures: gastronomy, accommodation (5.9% variance explained, alpha=0.61);

Resulting factor scores were introduced in the regression model, permitting the least possible colinearity amongst these variables, due to the orthogonality of principal components. Tolerance values were all situated above the acceptable minimum of 0.1 (Pestana and Gageiro, 1998: 408-409). Still, it was considered desirable to minimize multicollinearity by eliminating the variable “number of prior visits” from the model, improving tolerance values considerably. Obviously, the before identified correlation must be considered when interpreting the model.

A stepwise regression procedure was used to highlight those variables that most contribute to the model. The model used in this research may be specified in the following way:

$$y_i = b_0 + b_1x_{i1} + \dots + b_px_{ip} + e_i, \text{ where}$$

- y_i is the value of the i^{th} case of the dependent scale variable,
- p is the number of predictors,
- b_j is the value of the j^{th} coefficient, $j = 0, \dots, p$,
- x_{ij} is the value of the i^{th} case of the j^{th} predictor,
- e_i is the error in the observed value for the i^{th} case,

with y corresponding to the individual daily expenditure level per person and the different x values corresponding to the independent variables inserted (age, educational level, nationality group, tourist season, length of stay and the six motivational factors).

The final model was obtained after eight steps, with the final model explaining 13.3% of the total variance in individual expenditure levels, which is not impressive, but statistically significant, as visible in the F test for the final model ($F=14.87645$; $Sig=0.000$). The variables entered into the model as significantly contributing to the explanation of the dependent variable are shown in table 1, where each variable’s standardized beta coefficient permits a conclusion about each determinant’s relative contribution.

Model 8	Unstandardized Coefficients		Stand. Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
	B	Std. Error				Beta	Zero-order	Partial	Part	Tolerance
(Constant)	5.083	0.321		15.823	0.000					
importance food& lodging	0.392	0.081	0.168	4.825	0.000	0.182	0.177	0.167	0.981	1.020
foreign	0.590	0.189	0.117	3.123	0.002	0.112	0.116	0.108	0.850	1.177
age	0.191	0.067	0.111	2.846	0.005	0.227	0.106	0.098	0.785	1.274
importance information	0.256	0.086	0.106	2.984	0.003	0.117	0.111	0.103	0.950	1.052
importance history & culture	0.204	0.082	0.087	2.480	0.013	0.123	0.092	0.086	0.966	1.035
high season	-0.398	0.178	-0.082	-2.242	0.025	-0.151	-0.083	-0.077	0.903	1.107
importance fun	-0.247	0.093	-0.103	-2.663	0.008	-0.195	-0.099	-0.092	0.794	1.260
duration of stay	-0.021	0.006	-0.125	-3.528	0.000	-0.141	-0.131	-0.122	0.954	1.048
Dependent Variable: daily expenditures										

Table 1. Regression coefficients of the final model explaining daily expenditure levels and collinearity statistics

However, apart from the daily expenditure levels, also the overall expenditure levels are of interest. As explained before, expenditure levels were assessed as intervals and duration of stay as a numerical variable. For an estimation of total expenditure levels a mean value within each interval (and an assumed

minimum and maximum value for the extremes) was multiplied with the number of days stayed in the region. The resulting value was now entered as the dependent variable in a regression model with the same independent values, used before. The model, resulting from a stepwise regression procedure was obtained after seven steps, explains a total of 44.1% of the variance in total expenditure, which is quite reasonable and statistically significant ($F= 77.48$, $sig= 0.000$), with multicollinearity not being a problem (see table 2).

Coefficients	Unstandardized Coefficients		Stand. Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
	B	Std. Error				Beta	Zero-order	Partial	Part	Tolerance
(Constant)	-3630,590	5795,208		-0,626	0,531					
duration of stay	3243,059	159,056	0,592	20,389	0,000	0,609	0,619	0,585	0,977	1,024
foreign	19167,798	3675,246	0,161	5,215	0,000	0,263	0,197	0,150	0,862	1,160
age	3650,901	1280,674	0,090	2,851	0,004	0,159	0,109	0,082	0,830	1,205
imp. Information	4878,267	1685,767	0,085	2,894	0,004	0,071	0,111	0,083	0,952	1,051
imp. food & lodging	4075,686	1588,195	0,074	2,566	0,010	0,065	0,099	0,074	0,981	1,019
imp. fun	-4814,065	1815,436	-0,085	-2,652	0,008	-0,163	-0,102	-0,076	0,805	1,242
imp.history&culture	3661,879	1595,550	0,067	2,295	0,022	0,069	0,088	0,066	0,977	1,023

Dependent Variable: total_exp

Table 2. Regression coefficients of the final model explaining total expenditure and collinearity statistics

The most relevant differences, when comparing with the first model, are slight differences in the order of importance of independent variables, the outstanding role of duration of stay, being positively correlated with total expenditure levels and the fact that season does not play a significant role in the last model.

V. Conclusions

The regression models revealed the most significant variables in determining tourists' expenditure levels in rural North Portugal. Results help identifying the economically most interesting market groups, as defined by these variables, but apart from the economic benefits aimed at, also sustainability objectives must be considered, leading to some less evident conclusions. Thus, the mature market, valuing good quality hospitality facilities, history and culture, as well as good quality tourist information is undoubtedly an interesting segment.

However, the focus on the apparently more interesting foreign tourist market may imply the need for higher investments, due to its lower accessibility, differences in language, culture, lifestyle, requiring a larger investment in market studies, communication and distribution efforts, with the mediation of foreign tour operators frequently decreasing the profitability of the business for the destination. On the other hand, the domestic market is particularly interesting due to its destination loyalty (foreign tourists had visited the region, on the average once before, whereas Portuguese had done so for 3.1 times). Probably, both markets should be considered, with the foreign market eventually more interesting for the high and the domestic market for more frequent repeat, eventually short-break visits in the low season. Destination managers would probably do well in using differentiated strategies in the high versus low season, trying to further increase duration of stay or to increase the number of short-break visits in the low season (with higher daily expenditure levels), in order to achieve an overall higher economic benefit.

The presented market analysis and critical interpretation of results, considering the consequences of choosing specific target markets, is fundamental for a destination's success in a highly competitive environment. In this context, strategic marketing planning is most important, especially for rural areas that invest in tourism development, frequently based upon a variety of small, traditional and dispersed family businesses, not disposing of relevant financial, technological nor human resources. These rural tourist destinations need to direct their efforts in an intelligent way, in order to optimize the use of scarce resources (Moutinho, 1991) and to simultaneously guarantee the destination's sustainable development, and thereby its attractiveness on the long run (Kastenholz, 2004).

References

- Cannon T.F. and Ford J. (2002), 'Relationship of demographic and trip characteristics to visitor spending: an analysis of sports travel visitors across time', *Tourism Economics*, Vol 8, No 3, pp 263-271.
- Cavaco, C. (1995), 'Rural Tourism: The creation of new tourist spaces', in Montanari, A. and Williams, A.M., eds, *European Tourism: Regions, Spaces and Restructuring*, European Science Foundation, John Wiley and Sons Ltd., Chichester, pp 127-149.
- Downward, P. M., and Lumsdon, L. (2002), 'Beyond the Demand for Day Visits', *Tourism Economics*, Vol 9, No 1, pp 67-76.
- Edwards, J. and C. Fernandes, C. (1999), 'Emigrants and Espigueiros- Tourism Activities in a Peripheral Area of Portugal', *International Journal of Tourism Research*, Vol 1/ 1999, pp 329-340.
- Eusébio, C. (2005), "Understanding consumption behavior of visitors with different profiles in terms of tourism activities - a segmentation analysis in the tourism market of the Central Region of Portugal", Proceedings of the International Conference Theoretical Advances in Tourism Economics, Universidade de Évora, March 2005.
- Hair, J.F., Anderson, R.E., Tatham, R.L. and Black, W.C. (1998) *Multivariate Data Analysis*, Prentice Hall, New Jersey.
- Jang, S., Bai, B., Hong, G. and O'Leary, J. T. (2004) 'Understanding travel expenditure patterns: a study of Japanese pleasure travellers to the United States by income level', *Tourism Management*, Vol 25, No 3, pp 331-341.
- Kastenholz, E. (2002), *The Role and Marketing Implications of Destination Images on Tourist Behavior: The Case of Northern Portugal*, Phd Dissertation, Universidade de Aveiro, umi dissertation service.
- Kastenholz, E. (2004), '«Management of Demand» as a Tool in Sustainable Tourist Destination Development', *Journal of Sustainable Tourism*, Vol 12 No 5, pp 388-408.
- Moutinho, L. (1991) 'Strategies for Tourism Destination Development: an Investigation of the Role of Small Businesses', in Ashworth, G. and Goodall, B., eds., *Marketing Tourism Places*, Routledge, London/ New York, pp 104-122.
- Pestana, M.H. and Gageiro, J.N. (1998), *Análise de Dados para Ciências Sociais*, Edições Sílabo, Lisboa.
- Poon, A. (1993), *Tourism, Technology and Competitive Strategies*, CAB International, Wallingford.
- Ribeiro, M. (2003), 'Pelo turismo é que vamos/poderemos ir (?), Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural', in Simões, O. e Cristóvão, A., eds. *TERN- Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Edições IPC, Coimbra, pp 41-56.
- Sakai, M. Y. (1988), 'A micro-analysis of business travel demand', *Applied Economics*, Vol 20, No 11, pp 1481-1495.
- Seiler, V. L., Hsieh, S., Seiler, M. J., and Hsieh, C. (2002), 'Modeling travel expenditures for Taiwanese tourism', *Journal of Travel and Tourism Marketing*, Vol 13, No 4, pp 47-59.
- Sheldon, P. J. (1990), 'A review of tourism expenditure research', in Cooper, C., ed, *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, Volume 2, Belhaven, London, pp 28-49.

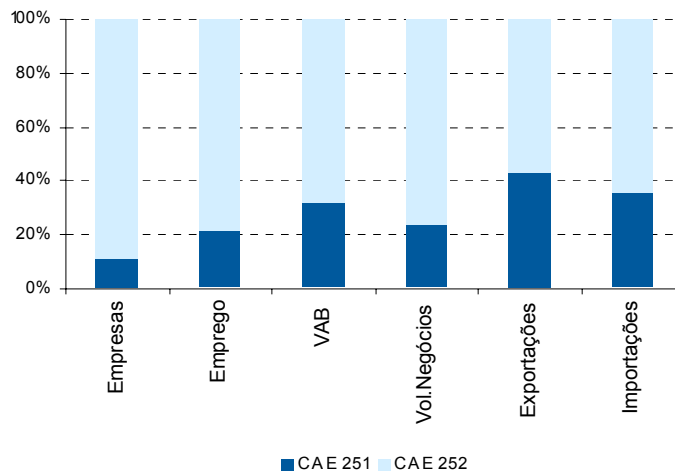
5. Em Análise

Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas⁴

■ Introdução

A Subsecção DH da Classificação das Actividades Económicas (CAE rev.2.1), designada “Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas” identifica-se, a dois dígitos, com a CAE 25 e engloba, a 3 dígitos, as CAE 251 - Fabricação de Artigos de Borracha e 252 - Fabricação de Artigos de Matérias Plásticas que apresentam, em 2004, a distribuição constante da Figura 1.

Figura 1
Estrutura do sector DH (CAE a 3 dígitos)
(2004)



A distribuição relativa das importações e das exportações refere-se a 2006⁵
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE – Estatísticas das Empresas e Estatísticas do Comércio Internacional

■ Peso do sector na indústria transformadora

O sector DH representa, em 2004 e em relação ao conjunto da Indústria Transformadora, 4,0% do VAB, 2,9% do emprego, 1,4 % das empresas e 3,3% do volume de negócios e, em 2006, 4,3% das exportações e 3,1% das importações (Quadro 1). Os pesos dos subsectores 251 (artigos de borracha) e 252 (artigos de matérias plásticas) para as variáveis VAB e emprego e as respectivas contribuições para o sector constam do Quadro 2.

Em 2004, os pesos do sector no VAB e no emprego da Indústria Transformadora colocam Portugal em 14º e em 22º lugares, respectivamente, no conjunto dos países da UE27. Salienta-se o subsector 251 (artigos de borracha) que detém o 6º lugar no que se refere ao VAB, apresentando um valor percentual superior ao valor médio da UE27 (Quadro 3).

⁴ Por **Hortense Martins**, (GEE). O texto é da responsabilidade da autora e não coincide necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação.

⁵ Neste artigo utilizar-se-ão as designações e os significados tradicionais de exportações e importações. De facto, correctamente, dever-se-ia usar a denominação “entradas”, correspondente ao somatório das “chegadas” provenientes dos países comunitários, com as “importações” com origem nos países terceiros. Paralelamente, a denominação “saídas” é a acumulação das “expedições” para os países comunitários, com as “exportações” para os países terceiros. Listagem dos principais produtos do sector em anexo.

Quadro 1
Principais variáveis do sector DH

(preços constantes de 2000)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	tvma 00/04 %	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Dados do sector								Peso na Indústria Transformadora (%)						
1-VAB (milhões de euros)	595	620	626	648	672			3,1	3,3	3,6	3,7	3,9	4,0		
2-Emprego (nº)	23 834	24 919	25 630	24 511	25 120			1,3	2,5	2,7	2,8	2,8	2,9		
3-Empresas (nº)	1 049	1 134	1 071	1 018	1 132			1,9	1,4	1,6	1,4	1,3	1,4		
4-Volume de negócios (milhões de euros)	2.046	2.072	1.995	1.990	2.104			0,7	3,0	3,1	3,1	3,2	3,3		
5-Exportações (milhões de euros)	726	713	784	901	987	1041	1154	8,0	2,8	2,8	3,2	3,6	3,9	4,2	4,3
6-Importações (milhões de euros)	1310	1342	1464	1396	1386	1284	1232	-1,0	3,5	3,5	3,9	3,7	3,5	3,3	3,1
7-Emprego (milhares)	22,1	22,2	18,3	20,7	26,2	27,9	22,7	0,4	2,02	2,03	1,74	2,03	2,61	2,88	2,32

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE – 1, 2, 3 e 4 (Estatísticas das Empresas); 5 e 6 (Estatísticas do Comércio Internacional) - 2001 a 2004 - dados definitivos; 2005 e 2006 - dados declarados preliminares (não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas); 1, 4 e 5 - deflactor do PIB e 6 - deflactor das importações a partir das Contas Nacionais Trimestrais (INE - Julho de 2007); 7 - INE (Estatísticas do Emprego)

Nota: tvma = taxa de variação média anual; as tvma relativas às exportações e às importações referem-se ao período 2000/ 06

Quadro 2

Estrutura sectorial face à Indústria Transformadora

CAE	VAB (%)		Emprego (%)	
	2000	2004	2000	2004
25 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	3,3	4,0	2,5	2,9
251 - Fab. de artigos de borracha	0,9	1,3	0,5	0,6
252 - Fab. de artigos de matérias plásticas	2,4	2,7	2,0	2,3

Fonte: GEE a partir de dados de base INE - Estatísticas das Empresas

Quadro 3

Peso na Indústria Transformadora dos países da UE27 (2004) ⁶

VAB

Ano: 2004	Portugal	UE27	Ordenação descendente	
			Posição de Portugal	País em 1ª posição
Sector DH	4,0%	4,7%	14º	Eslovénia (6,9%)
251 - Fab. art. borracha	1,3%	1,1%	6º	Eslováquia (2,7%)
252 - Fab. art. matérias plásticas	2,7%	3,6%	17º	Dinamarca (4,9%)

Emprego

Ano: 2004	Portugal	UE27	Ordenação descendente	
			Posição de Portugal	País em 1ª posição
Sector DH	2,9%	5,0%	22º	R. Unido (6,4%)
251 - Fab. art. borracha	0,6%	1,1%	13º	França (1,8%)
252 - Fab. art. matérias plásticas	2,3%	3,9%	22º	R. Unido (5,5%)

Fonte: GEE a partir de dados de base do EUROSTAT - Estatísticas Anuais das Empresas

⁶ O EUROSTAT não apresenta valores para o Luxemburgo relativamente ao sector DH, o mesmo não acontecendo para os subsectores 251 e 252. Para estes subsectores optou-se por excluir os valores referentes ao Luxemburgo nas análises efectuadas. (Peso na Indústria Transformadora dos subsectores 251 e 252 no Luxemburgo: VAB – 251=11,7%; 252=5,9%; Emprego – 251=9,9%; 252=6,5%).

■ **Desempenho recente do sector**

No período 2000/ 04 o sector DH apresenta crescimentos médios anuais, reais, de 3,1% para o VAB, 1,3% para o emprego, 1,9% para o número de empresas e 0,7% para o volume de negócios. As exportações e as importações, no período 2000/ 06, apresentaram, respectivamente, crescimentos médios anuais, reais, de 8,0% e de -1,0% (Quadro 1). A taxa de cobertura, em 2006, das importações pelas exportações (valores correntes) foi de 1,03, tendo subido consistentemente desde 2000 (taxa de cobertura = 0,55).

O sector apresenta, em 2004, uma produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal⁷, superior à da média dos países da UE27, o mesmo acontecendo para as CAE 251 e 252. Salienta-se o 1º lugar de Portugal na CAE 251 (artigos de borracha) (Quadro 4). A evolução deste indicador no período 1996 – 2004 (Figura 2) revela que os crescimentos a nível do sector se devem essencialmente ao subsector 251 (artigos de borracha).

A Finlândia, no conjunto dos dois subsectores, a França (artigos de borracha) e a Áustria (artigos de matérias plásticas) são os países que mais investem em I&D (Quadro 4).

A evolução dos indicadores de actividade industrial do sector DH, no período 2000-2006, nas variáveis Produção Industrial, Emprego, Produtividade, Volume de Negócios, Remunerações do Pessoal e Número de Horas Trabalhadas pode observar-se na Figura 3, com base nos respectivos índices (2000 = 100).

Uma primeira constatação é a de que a evolução do sector é superior à da média da Indústria Transformadora para todas as variáveis. O emprego, o volume de negócios e o número de horas trabalhadas acompanham a evolução global da Indústria Transformadora enquanto que a produção industrial, a produtividade e as remunerações do pessoal começam a divergir após 2003/ 04, com maior relevância para a produção industrial que, em 2006, é superior em 9,3% à produção industrial média da Indústria Transformadora.

Quadro 4
Produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal,⁸
Número de horas anuais de trabalho e Despesas em I&D nos países da UE27 (2004)

Produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal					Número de horas anuais por trabalhador			
Ano: 2004	Portugal	UE27	Ordenação descendente		Ano: 2004	Portugal	Ordenação descendente	
			Posição de Portugal	País em 1ª posição			Posição de Portugal	País em 1ª posição
Sector DH	1,86	1,45	8º	Roménia (2,45)	Sector DH	1 841	5º	Chipre (2 527)
251 - Fab. art. borracha	2,48	1,45	1º	Portugal	251 - Fab. art. borracha	1 737	10º	R. Unido (2 047)
252 - Fab. art. matérias plásticas	1,67	1,45	10º	Roménia (2,47)	252 - Fab. art. matérias plásticas	2 540	4º	Chipre (2 540)

⁷ A “produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos com pessoal” corresponde ao rácio VAB/ Custos com pessoal (incluindo encargos sociais por conta da empresa)

⁸ Peso na Indústria Transformadora dos subsectores 251 e 252 no Luxemburgo: Produtividade aparente do trabalho, ajustada pelos encargos sociais: 251=144,7%; 252=143,7%

Despesas em I&D em % do VAB

Ano: 2004	Portugal	País em 1ª posição
Sector DH	0,0%	França (6,1%)
251 - Fab. art. borracha	0,0%	França (14,1%)
252 - Fab. art. matérias plásticas	0,0%	Áustria (4,6%)

Proporção do emprego em I&D no nº de pessoas empregadas

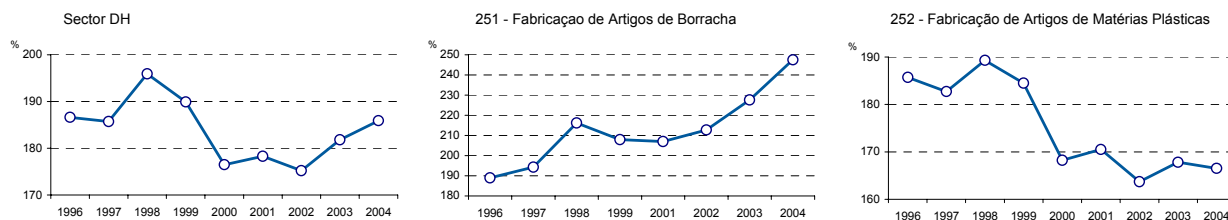
Ano: 2004	Portugal	País em 1ª posição
Sector DH	1,1%	Finlândia (3,6%)
251 - Fab. art. borracha	0,0%	França (6,5%)
252 - Fab. art. matérias plásticas	1,4%	Áustria (2,7%)

Fonte: GEE a partir de dados de base do EUROSTAT - Estatísticas Anuais das Empresas

Nota: Os valores 0,0% referem-se a valores não significativos a nível do arredondamento considerado

Figura 2

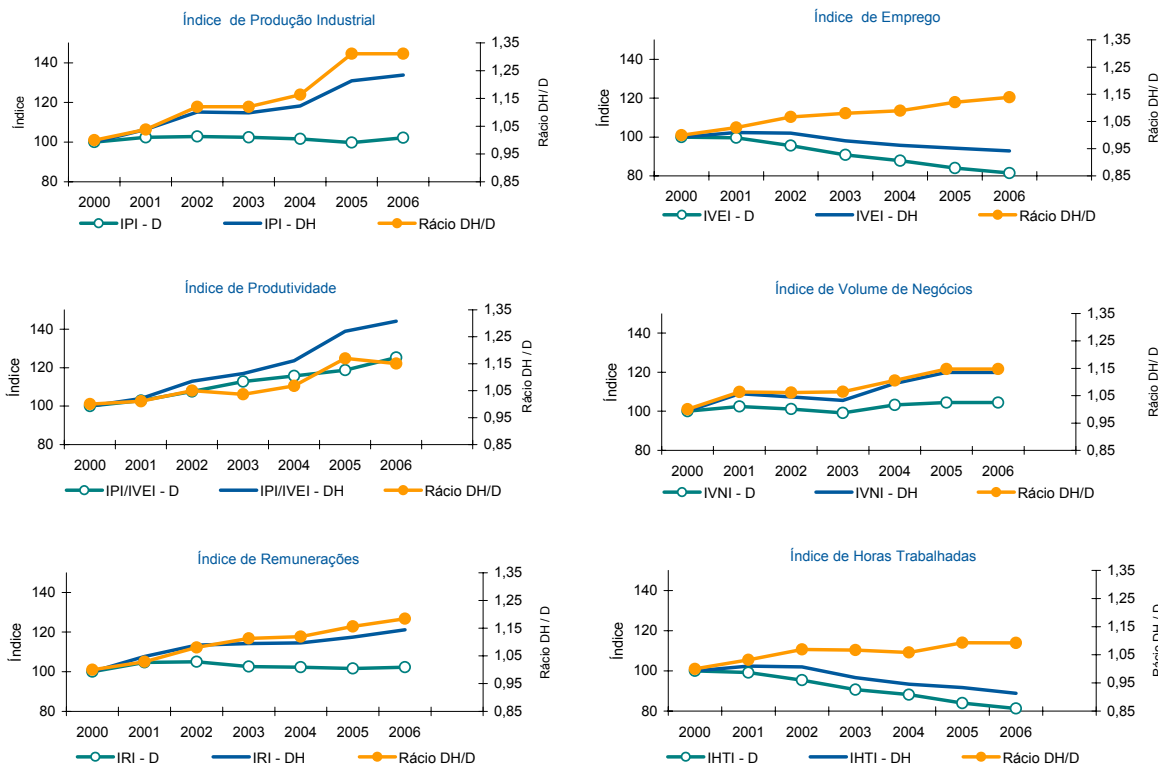
Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho - Portugal



Fonte: GEE a partir de dados de base do EUROSTAT - Estatísticas Anuais das Empresas

Figura 3

Dinâmica industrial



Fonte: GEE a partir de dados do INE - Folhas de Informação Rápida

Memo:

D - Indústria transformadora DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas

IPI - Índice de produção industrial IVEI - Índice de emprego na indústria IPI/IVEI - Índice de produtividade

IVNI - Índice do volume de negócios na indústria IRI - Índice de remunerações na indústria IHTI - Índice de horas trabalhadas na indústria

Distribuição geográfica

O sector DH concentra-se essencialmente nas regiões Norte e Centro, nas variáveis número de empresas, número de trabalhadores e volume de negócios (Figura 4), no entanto, quando comparado com os restantes sectores da Indústria Transformadora existentes em cada uma das regiões NUT II, o sector DH apresenta uma maior densidade na Região Centro no que respeita àquelas variáveis, sendo praticamente inexistente na Região Algarve e na Região Autónoma dos Açores (Quadro 5).

A Figura 5⁹ permite uma mais fácil interpretação do Quadro 5, sobressaindo:

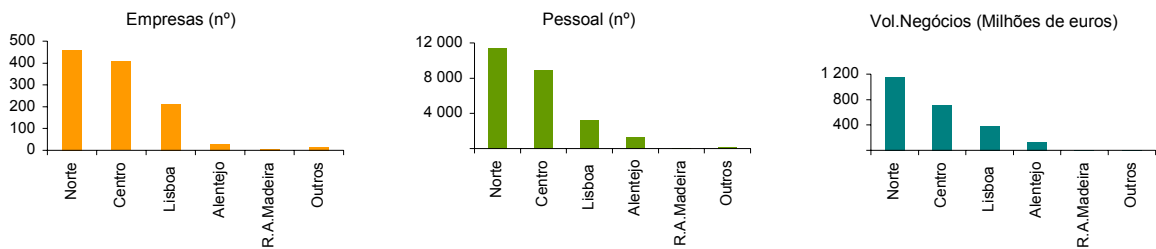
*O peso relativo do volume de negócios na Região Norte, embora esta região apresente uma menor densidade quer a nível do número de empresas quer do pessoal ao serviço;

*A importância do sector no emprego da região Alentejo;

*O menor significado do sector no conjunto da Indústria Transformadora da Região Lisboa e da Região Autónoma da Madeira

Figura 4

Estrutura geográfica do número de empresas, do pessoal e do volume de negócios do sector DH (2004)



Fonte: GEE a partir de dados do INE - Estatísticas das empresas

Quadro 5

Importância relativa do sector DH na actividade industrial das regiões

		2004		
Sector	CAE - Rev 2.1 e NUTS II	Empresas	Pessoal ao serviço (nº)	Vol. Negócios (milhões de euros)
D	Portugal	80 558	866 105	72 544
DH	Portugal	1 132	25 120	2 394
(D=100 em cada região)				
	Portugal	1,41	2,90	3,30
	Continente			
	Norte	1,21	2,52	4,23
	Centro	2,13	4,37	4,90
	Lisboa	1,39	2,22	1,37
	Alentejo	0,62	3,35	2,83
	Algarve			
	R.A. Açores			
	R.A.Madeira	0,69	0,83	1,51

D = Indústria Transformadora

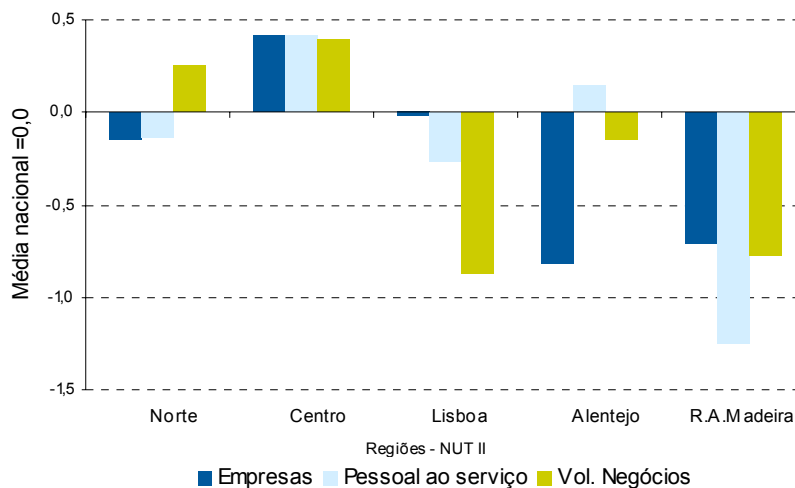
DH = Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas

Fonte: GEE a partir de dados do INE - Estatísticas das Empresas

⁹ Para cada uma das variáveis em análise (número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios) recorreu-se ao logaritmo do rácio da importância relativa do sector na indústria transformadora da região face à média nacional. Decorre da função utilizada serem registados como desvios positivos (negativos) os pesos relativos superiores (inferiores) à média verificada no País.

Figura 5

**Importância relativa do sector DH na actividade industrial da região (2004)
(Desvios face à média nacional. Escala logarítmica.)**



■ **Estrutura e dinâmica empresarial**

A dimensão média (em número de trabalhadores) quer das empresas do sector DH quer dos subsectores 251 e 252 é, em 2004, inferior ao valor médio dos países da UE27 (Quadro 6).

No contexto da dinâmica empresarial, em 2006, o sector DH contribuiu com 1,6% das sociedades constituídas na Indústria Transformadora (2 338 sociedades) e com 1,4% do total das sociedades dissolvidas (995 sociedades)¹⁰.

No Quadro 7 e Figuras 6 e 7 apresentam-se as Taxas de Natalidade ¹¹ e de Mortalidade ¹² das sociedades do sector DH no período 2002-2005. Em 2005 ambas as taxas apresentaram valores inferiores aos da média da Indústria Transformadora (Taxa de natalidade = 3,78% e Taxa de mortalidade = 3,92%). Em geral, quer as taxas de natalidade quer de mortalidade estão correlacionadas positivamente com o número de sociedades em actividade na região, isto é, são constituídas e dissolvidas mais sociedades nas regiões em que a densidade é maior. Os valores superiores aos das médias do sector apresentados pelas regiões Alentejo e Algarve estão associados ao reduzido número de empresas do sector nestas regiões.

O comportamento do sector na região Lisboa, com valores das taxas de mortalidade superiores aos das taxas de natalidade em 2004 e em 2005 e com coberturas inferiores a 1 em três dos cinco anos do período em análise (Quadro 8) indicia a quebra no número de empresas verificada na região entre 2002 e 2005.

¹⁰ Para efeitos da análise apresentada apenas serão considerados os movimentos relativos às “sociedades”, isto é, não serão tidas em consideração as constituições e dissoluções relativas à categoria “Empresários em nome individual”, uma vez que este é o critério seguido internacionalmente nesta matéria. As “Sociedades” incluem Pessoas Colectivas e EIRL (Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada). Pessoas colectivas incluem Sociedades Anónimas, Sociedades por Quotas, Cooperativas, Agrupamentos Complementares de Empresas e Sociedades civis sob a forma comercial.

¹¹ Taxa de Natalidade = número de sociedades constituídas no período t dividido pelo número de sociedades activas em t (EUROSTAT)

¹² Taxa de Mortalidade = número de sociedades dissolvidas no período t dividido pelo número de sociedades activas em t (EUROSTAT)

Quadro 6
Dimensão média, em número de trabalhadores, nos países da UE27 (2004)¹³

Dimensão média (nº de trabalhadores)

Ano: 2004	Portugal	UE27	Ordenação descendente	
			Posição de Portugal	País em 1ª posição
Sector DH	22	27	14º	Alemanha (56)
251 - Fab. art. borracha	42	47	6º	Eslováquia (198)
252 - Fab. art. matérias plásticas	20	24	17º	Alemanha (51)

Fonte: GEE a partir de dados de base do EUROSTAT - Estatísticas Anuais das Empresas

Quadro 7
Taxas de Natalidade e de Mortalidades das sociedades no sector DH

Taxa de Natalidade	2002	2003	2004	2005
Portugal	3,92	3,71	2,65	3,56
Norte	2,73	4,05	3,04	3,74
Centro	5,82	3,89	2,60	3,45
Lisboa	2,45	3,70	1,60	2,78
Alentejo	9,68	0,00	3,33	9,68
Algarve	0,00	0,00	9,09	0,00

Taxa de Mortalidade	2002	2003	2004	2005
Portugal	1,77	3,32	2,36	3,37
Norte	1,36	3,80	1,52	2,99
Centro	1,59	3,11	3,12	2,96
Lisboa	3,43	2,65	3,21	4,44
Alentejo	0,00	6,25	0,00	6,45
Algarve	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE - Anuários Estatísticos Regionais

Figura 6
Taxa de Natalidade

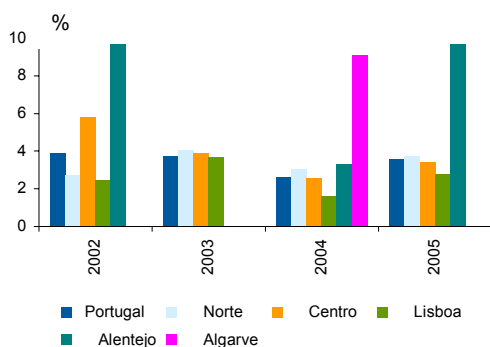
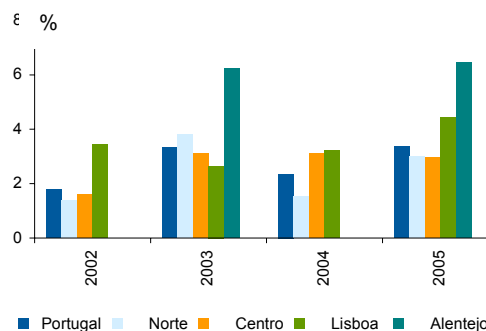


Figura 7
Taxa de Mortalidade



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE - Anuários Estatísticos Regionais

¹³ Peso na Indústria Transformadora dos subsectores 251 e 252 no Luxemburgo: Dimensão média: 251=467 trabalhadores; 252=163 trabalhadores

Quadro 8

Rácio entre o nº de sociedades constituídas e dissolvidas no sector DH

Const/ Diss	2002	2003	2004	2005	2006
Portugal	2,21	1,12	1,13	1,06	2,71
Norte	2,00	1,07	2,00	1,25	3,00
Centro	3,67	1,25	0,83	1,17	2,57
Lisboa	0,71	1,40	0,50	0,63	2,00
Alentejo		0,00		1,50	
Algarve					

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE - Anuários Estatísticos Regionais

■ **Comércio internacional**

Após um crescimento de 11,5% no período 2000-2004, as exportações do sector registaram um crescimento médio de 10% em 2005 e 2006. Em 2006, pela primeira vez no período em análise, a taxa de cobertura das importações pelas exportações foi superior a 1 (Quadro 9). O peso relativo das exportações do sector no comércio internacional de Portugal tem subido consistentemente desde 1996, aproximando-se dos valores atingidos em 1995 (Figura 8).

No plano internacional (Quadro 10), os três principais exportadores mundiais em 2005 foram a Alemanha, os EUA e a China. No seu conjunto, estes países representavam cerca de 33% das exportações do sector em 2005. (65,3% do mercado para os dez principais países). Portugal ocupava em 2005 a 30ª posição no *ranking* mundial dos países exportadores, com uma quota de 0,6% do mercado mundial. Esta posição reflecte uma subida de 3 posições face ao *ranking* de 2001.

Quadro 9

Balança Comercial Portuguesa – sector DH ^[1]

	milhões de Euros				Taxa média de variação (%)		
	1995 ^[2]	2000	2004	2006	95-00	00-04	04-06
Importação (cif)	771	1 310	1 374	1 320	11,19	1,18	-1,99
Exportação (fob)	316	726	1 123	1 359	18,14	11,49	10,03
Saldo (fob-cif)	- 456	- 584	- 251	39	5,10	-19,02	
Cobertura (fob/cif)	0,41	0,55	0,82	1,03			

[1] CAE 21

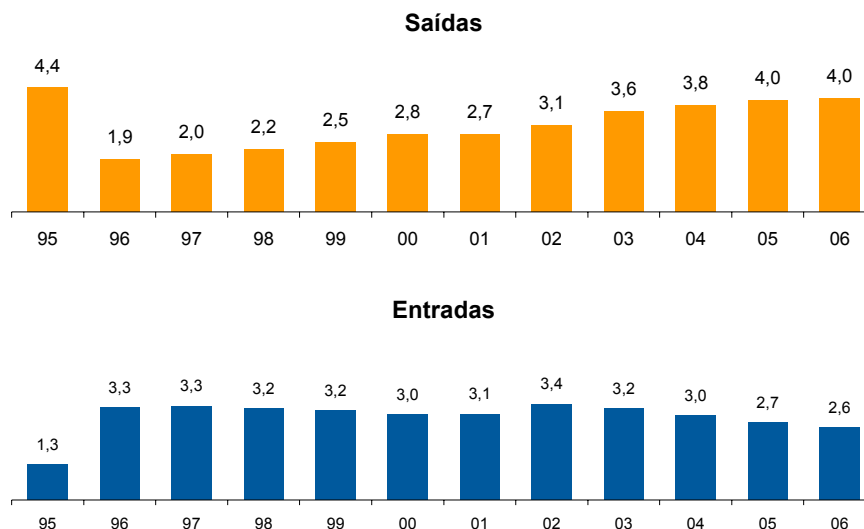
[2] milhões de ECU

Fonte: dados de base declarados do INE; 1995, 2000 e 2004 - últimas versões; 2006 - versão preliminar não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, para o comércio intracomunitário)

Figura 8

Peso relativo do sector DH no comércio internacional de Portugal (%)

(preços correntes)



Quadro 10
Quotas de mercado na exportação mundial do sector DH (CAE 25)

(preços correntes)

Posição	2001	Milhões de dólares	Estrutura (%)	Posição	2005	Milhões de dólares	Estrutura (%)
	Mundo	140 475	100,0		Mundo	236 507	100,0
1	EUA	18 951	13,5	1	Alemanha	33 421	14,1
2	Alemanha	18 776	13,4	2	EUA	23 104	9,8
3	Japão	9 079	6,5	3	China	20 559	8,7
4	Itália	8 748	6,2	4	Japão	16 447	7,0
5	França	8 218	5,9	5	Itália	14 049	5,9
6	China	7 773	5,5	6	França	13 132	5,6
7	Canadá	6 471	4,6	7	Canadá	9 232	3,9
8	Reino Unido	5 761	4,1	8	Bélgica	9 148	3,9
9	Bélgica	5 682	4,0	9	Reino Unido	8 485	3,6
10	China, Hong Kong SAR	4 890	3,5	10	Holanda	6 787	2,9
11	Espanha	4 087	2,9	11	Rep.da Coreia	6 596	2,8
12	Holanda	3 860	2,7	12	Spain	6 368	2,7
13	Rep.da Coreia	3 772	2,7	13	China, Hong Kong SAR	4 870	2,1
14	México	2 688	1,9	14	Tailândia	4 186	1,8
15	Áustria	2 330	1,7	15	Polónia	4 154	1,8
16	Malásia	2 202	1,6	16	México	4 069	1,7
17	Suiça	2 062	1,5	17	Áustria	3 922	1,7
18	Tailândia	1 991	1,4	18	Rep Checa	3 772	1,6
19	Suécia	1 822	1,3	19	Malásia	3 598	1,5
20	Dinamarca	1 573	1,1	20	Suiça	3 105	1,3
33	Portugal	654	0,5	30	Portugal	1 458	0,6

Nota: O total do Mundo corresponde à informação disponível na base de dados da ONU, não englobando exaustivamente todos os países.

Fonte: United Nations Statistics Division

▪ **Mercados de destino**

As exportações do sector DH representavam, em 2006, 4,3% das saídas da indústria transformadora, valor superior ao registado em 2000 (2,8%). Em termos sub sectoriais, tem maior visibilidade o subsector da fabricação de artigos de matérias plásticas

As exportações deste sector contribuíram com 5,1% para o crescimento das exportações da indústria transformadora em 2006. Este valor foi obtido através da análise *shift-share*¹⁴, tendo igualmente sido apurados os contributos dos diferentes subsectores (Quadro 11).

Os principais 10 mercados de destino representavam em 2006 cerca de 84,4% das saídas do sector DH (84,6% em 2000).

No período 2000 a 2006, a Espanha, a Alemanha, a França e o Reino Unido mantinham-se como os quatro principais mercados de destino do sector DH. Em 2006, representavam cerca de 67% das saídas do sector. Dado o peso do mercado espanhol (31,5% em 2005), o seu contributo para o crescimento das exportações do sector foi o mais elevado (29,9%) imediatamente seguido pela França que apresentou o maior crescimento de 2005 para 2006, tendo contribuído com 17,7% (Quadro 12).

A Figura 9 descreve a evolução da estrutura das importações deste sector pela UE-26 (excluindo Portugal) oriundas de países extra-comunitários e Portugal. Verifica-se que, se Portugal não

¹⁴ Contributo para o crescimento das exportações da Indústria Transformadora no ano t é igual ao produto da taxa de variação homóloga verificada nas exportações do sector (sub sector) pelo peso relativo do sector (sub sector) no ano (t-1)/100.

fizesse parte da UE, seria o sexto fornecedor extra-comunitário da UE, com quotas de mercado situadas entre os 3,7% (2001) e os 5,3% (2006).

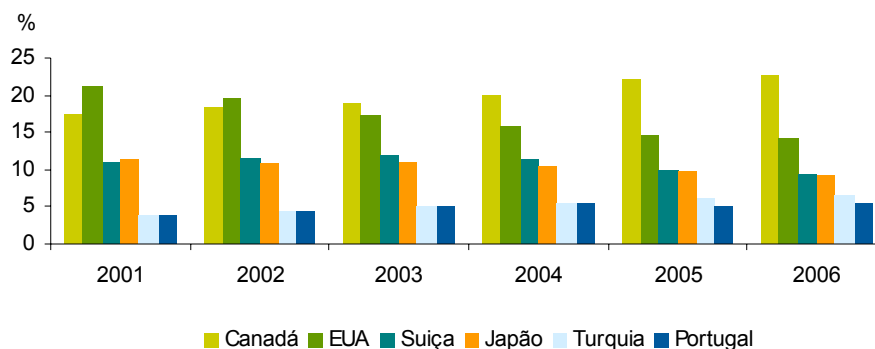
Quadro 11
Exportações por CAE (até 3 dígitos)

CAE	Taxa de Cresc.	Saídas (milhões de euros)			Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
					(%)	p.p.			(%)	p.p.		
					2005				2006			
2000/04	2004	2005	2006									
D - Indústria transformadora	2,68	28 742	27 124	30 645	100,0	-5,63	100,0	-5,6	100,0	12,98	100,0	13,0
DH - Fab. Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	11,49	1 123	1 179	1 359	-3,5	0,20	3,9	5,0	5,1	0,66	4,3	15,2
251 Fab. de Artigos de Borracha	12,70	480	511	591	-1,9	0,11	1,7	6,4	2,3	0,29	1,9	15,6
252 Fab. de Artigos de Matérias Plásticas	10,63	642	668	768	-1,6	0,09	2,2	4,0	2,8	0,37	2,5	15,0

Quadro 12
Principais mercados de destino

Países	Taxa de Cresc.	Saídas (milhões de euros)			Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
					(%)	p.p.			(%)	p.p.		
					2005				2006			
2000/04	2004	2005	2006									
Total	11,49	1 123	1 179	1 359	100,0	5,05	100,0	5,0	100,0	15,24	100,0	15,2
INTRA - UE												
Espanha	18,30	345	372	425	47,5	2,40	30,7	7,8	29,9	4,56	31,5	14,5
Alemanha	5,32	186	193	208	11,7	0,59	16,6	3,5	8,4	1,28	16,4	7,9
França	15,42	190	174	206	-28,5	-1,44	16,9	-8,5	17,7	2,70	14,7	18,3
Reino Unido	-4,51	54	64	72	18,4	0,93	4,8	19,3	4,2	0,64	5,4	11,7
Bélgica	22,52	62	56	56	-10,4	-0,53	5,5	-9,5	-0,1	-0,02	4,8	-0,4
Itália	9,89	44	37	41	-13,3	-0,67	3,9	-17,1	2,6	0,40	3,1	12,8
Holanda	11,01	29	30	40	1,8	0,09	2,6	3,4	5,3	0,81	2,6	31,5
EXTRA - UE												
EUA	29,56	37	50	45	23,2	1,17	3,3	35,3	-3,2	-0,48	4,3	-11,3
Angola	10,62	18	24	38	11,1	0,56	1,6	35,0	7,4	1,12	2,1	54,3
Suiça	5,67	16	16	17	0,8	0,04	1,4	2,7	0,6	0,09	1,4	6,3

Figura 9
Os seis principais países fornecedores do sector DH à UE-26
no período 2001-2006



Fonte: EUROSTAT, external trade, detailed data – access database

▪ **Mercados de origem**

As importações do sector DH têm como origem predominante o mercado intracomunitário sendo a Espanha, a Alemanha, a França e a Itália os principais fornecedores de Portugal (Quadros 13 e 14).

Quadro 13

Importações por CAE (3 dígitos)

CAE	Taxa de Cresc.	Entradas (milhões de euros)			Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
					(%)	p.p.			(%)	p.p.		
	2000/ 04	2004	2005	2006	2005				2006			
D - Indústria transformadora	1,15	39 513	39 202	41 708	100,0	-0,79	100,0	-0,8	100,0	6,39	100,0	6,4
DH - Fab. Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	1,18	1 374	1 310	1 320	20,4	-0,16	3,5	-4,6	0,4	0,02	3,3	0,7
251 Fab. de Artigos de Borracha	1,92	489	475	465	4,4	-0,03	1,2	-2,8	-0,4	-0,03	1,2	-2,1
252 Fab. de Artigos de Matérias Plásticas	0,79	885	835	855	16,0	-0,13	2,2	-5,6	0,8	0,05	2,1	2,3

Quadro 14

Principais mercados de origem

Países	Taxa de Cresc.	Entradas (milhões de euros)			Contributo		Estrutura 2004 (%)	TVH (%)	Contributo		Estrutura 2005 (%)	TVH (%)
					(%)	p.p.			(%)	p.p.		
	2000/ 04	2004	2005	2006	2005				2006			
Total	1,18	1 374	1 310	1 320	100,0	-4,62	100,0	-4,6	100,0	0,72	100,0	0,7
INTRA - UE												
Espanha	6,62	605	581	562	38,3	-1,77	44,0	-4,0	-198,2	-1,42	44,3	-3,2
Alemanha	-2,91	215	200	205	23,3	-1,08	15,7	-6,9	52,4	0,38	15,3	2,5
França	2,03	132	115	117	26,7	-1,23	9,6	-12,9	28,5	0,20	8,7	2,3
Itália	-1,60	108	106	114	3,1	-0,14	7,8	-1,8	90,2	0,65	8,1	8,0
Holanda	5,25	55	62	65	-11,9	0,55	4,0	13,7	31,5	0,23	4,8	4,8
Bélgica	-5,45	37	38	42	-1,2	0,06	2,7	2,1	46,5	0,33	2,9	11,5
Reino Unido	-11,06	47	46	40	1,3	-0,06	3,4	-1,8	-60,1	-0,43	3,5	-12,2
República Checa	-4,65	7	9	11	-2,3	0,11	0,5	19,8	17,9	0,13	0,7	18,9
EXTRA - UE												
China	-0,51	22	24	26	-3,3	0,15	1,6	9,8	28,9	0,21	1,8	11,4
Japão	-13,74	21	14	14	12,3	-0,57	1,6	-36,6	9,9	0,07	1,0	6,9

ANEXO

Principais produtos do sector DH e respectivas percentagens no volume de vendas do sector em 2005

CAE	Produtos	%
251	Pneus novos, de ligeiros com índice de carga ≤ 121	17,5
251	Peças de borracha vulcanizada, não endurecida e não alveolar, moldadas, para veículos automóveis	2,1
251	Pneus recauchutados destinados a camiões ou autocarros	1,5
252	Outros artigos de matérias plásticas (inclui colchões de água), excepto de escritório, vestuário, guarnições, ornamentação e os artigos fabricados a partir de folhas	7,0
252	Chapas, folhas, películas, lâminas e tiras de polímeros de etileno, não reforçadas, de espessura ≤ 0,1 mm e densidade < 0,94 mm	4,4
252	Tubos rígidos de polímeros de cloreto de vinilo	4,2
252	Outros sacos de quaisquer dimensões, bolsas e cartuchos de polímeros de etileno (excepto sacos de mão)	3,2
252	Sacos de mão de polímeros de etileno	2,7
252	Tubos rígidos de polímeros de etileno	2,3
252	Garrações, garrafas, frascos e artigos semelhantes de outras matérias plásticas e de capacidade ≤ 2 l	2,3
252	Chapas, folhas, películas, lâminas e tiras, alveolares, de poliuretanos	2,2
252	Outros artigos de transporte ou de embalagem de plástico (excepto garrações, garrações, sacos, caixas e semelhantes), inclui barris, artigos para matérias perigosas, transporte de lixo ou detritos	2,0
252	Chapas, folhas, películas, lâminas e tiras de polímeros de estireno, não reforçadas	1,9
252	Outros artigos de uso doméstico e de higiene ou de de toucador, de outros plásticos (excepto de celulose regenerada)	1,8
252	Outras chapas, folhas, películas, lâminas e tiras, não alveolares de plástico (polietileno ou tereftalato de polietileno, outros) excepto as de polimerização	1,6
252	Bidés, sanitários e artigos semelhantes, n.e. de matérias plásticas para uso sanitário ou higiénico	1,6
252	Garrações, garrafas, frascos e artigos semelhantes de polietileno e de capacidade ≤ 2 l	1,3
252	Banheiras, "chuveiros" e lavatórios, de matérias plásticas	1,3
252	Outros tubos, n.e.	1,2

Fonte: GEE com base em dados do INE - Estatísticas da Produção Industrial - 2005

6. Agenda

6.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Capital de risco	<p>O Conselho de Ministros de 16 de Agosto de 2007 aprovou o Decreto-Lei que regula o exercício da actividade de investimento em capital de risco através de sociedades de capital de risco, de fundos de capital de risco ou de investidores em capital de risco e revoga o Decreto-Lei n.º 319/2002, de 28 de Dezembro.</p> <p>Este Diploma estabelece o novo regime jurídico aplicável à actividade de capital de risco em Portugal, visando a flexibilização, simplificação e incremento da actividade enquanto instrumento de apoio ao arranque, à reestruturação e à expansão empresarial, nomeadamente em áreas de base científica e tecnológica. Neste contexto, destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O reconhecimento dos investidores designados <i>business angels</i>, que são introduzidos no ordenamento jurídico nacional através da figura dos Investidores em Capital de Risco (ICR). Estes devem assumir a forma de sociedade unipessoal por quotas, de forma a poder distinguir-se o património afecto ao capital de risco face ao seu restante património pessoal, como modo de garantir requisitos de transparência. Apenas pessoas singulares podem recorrer à figura do ICR. • A eliminação da delimitação dos Fundos de Capital de Risco (FCR) com base no tipo de investidor que nele podia participar, definindo-se, em contrapartida, um mínimo de subscrição de 50 000 euros para o investimento em FCR. Fica, também, estabelecido o regime da subscrição faseada dos FCR, bem como a extinção da obrigatoriedade dos valores que integram o património do FCR serem confiados a uma única instituição depositária e a flexibilização de alterações ao regulamento de gestão. • No âmbito das Sociedades de Capital de Risco (SCR), o processo de racionalização dos capitais sociais mínimos exigíveis para início de actividade conduziu, igualmente, à previsão da possibilidade de se constituírem SCR com o objecto principal circunscrito à gestão de FCR, às quais, por não exporem o seu balanço aos riscos emergentes da detenção de uma carteira de participações, apenas se exige um capital social mínimo de 250 000 euros. • Relativamente à política de investimento, refira-se (i) a possibilidade de investimento em sociedades instrumentais, sujeito ao limite de 10% do activo; (ii) a possibilidade de realização de operações de cobertura de risco; (iii) o limite da diversificação dos investimentos em 33% do activo, aplicável ao investimento em sociedades ou grupos de sociedades decorridos 2 anos após a data do investimento; (iv) a possibilidade de adquirir unidades de participação dos fundos de capital de risco até ao limite de 50% das unidades emitidas por cada um. • Ao nível das medidas de simplificação e desburocratização, sublinha-se o facto de tanto a constituição dos Fundos de Capital de Risco (FCR) como o início de actividades dos Investidores de Capital de Risco (ICR) e das Sociedades de Capital de Risco (SCR) dependerem apenas de um único acto administrativo de registo prévio simplificado, bem como a sujeição a mera comunicação prévia à CMVM dos ICR, dos FCR e das SCR cujo capital não seja colocado junto do público e cujos detentores do capital sejam apenas a investidores qualificados ou subscritores de montante igual ou superior a 500 000 euros.

Iniciativa	Sumário
------------	---------

Plano Tecnológico da Educação

O Plano Tecnológico da Educação e a respectiva estrutura de coordenação foram aprovados através de uma Resolução do Conselho de Ministros de 16 de Agosto de 2007.

O Plano Tecnológico da Educação constitui um instrumento estratégico para a modernização tecnológica das escolas, tendo em vista (i) reforçar e actualizar o parque informático das escolas portuguesas, aumentar a velocidade de ligação à Internet e construir redes de área local estruturadas e eficientes; (ii) desenvolver uma estratégia coerente para a disponibilização de conteúdos educativos digitais e para a oferta de formação e de certificação de competências em tecnologias da informação e da comunicação (TIC) dos professores; e (iii) adoptar um modelo adequado de digitalização de processos que garanta a eficiência da gestão escolar.

Tendo em vista colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados ao nível da modernização tecnológica do ensino, foram definidos os seguintes objectivos para o período 2007-2010:

- Atingir o rácio de 2 alunos por computador com ligação à Internet;
- Garantir em todas as escolas o acesso à Internet em banda larga de alta velocidade de, pelo menos, 48Mbps;
- Cartão electrónico para todos os alunos;
- Massificar a utilização de meios de comunicação electrónicos, disponibilizando endereços de correio electrónico a 100% de alunos e docentes;
- Assegurar que 90% dos docentes vêm as suas competências TIC certificadas;
- Certificar 50% dos alunos em TIC.

O Plano Tecnológico da Educação estrutura-se em três eixos de actuação principais: Tecnologia, Conteúdos e Formação. No âmbito destes eixos é desenvolvido um conjunto de projectos-chave que visam dar resposta aos factores inibidores da utilização de tecnologia no ensino em Portugal que foram identificados no relatório de diagnóstico. São projectos-chave a implementar:

Eixo	Projectos-chave
Tecnologia	Kit Tecnológico Escola; Internet em Banda Larga de Alta Velocidade Internet nas Salas de Aula Cartão Electrónico do Aluno Videovigilância
Conteúdos	Mais-Escola.pt Escola Simplex
Formação	Formação e Certificação de Competências TIC Avaliação Electrónica.

Com a missão de coordenar, monitorizar e avaliar a execução do Plano Tecnológico da Educação, a Resolução cria um conselho de gestão, que integra os dirigentes máximos dos organismos centrais e regionais do

Iniciativa	Sumário
	Ministério da Educação e outras estruturas ministeriais relevantes para a sua execução.

6.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<p><i>Grandes Opções do Plano 2008</i></p> <p>Lei n.º 31/2007 - I Série n.º 154, de 10/08</p>	<p>Aprova as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2008, as quais assentam na elevação do potencial de crescimento da economia e na promoção da coesão social e territorial. As orientações delas constantes estão em harmonia com outros instrumentos de política de médio e longo prazo, designadamente o Plano Nacional para o Crescimento e Emprego (PNACE), o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Assim, as Grandes Opções do Plano desenvolvem-se em torno de Cinco Grandes Opções de Política Económica e Social: 1.ª Assegurar uma trajectória de crescimento sustentado, assente no conhecimento, na inovação, e na qualificação dos recursos humanos; 2.ª Reforçar a coesão, reduzindo a pobreza e criando mais igualdade de oportunidades; 3.ª Melhorar a qualidade de vida e reforçar a coesão territorial num quadro sustentável de desenvolvimento; 4.ª Elevar a qualidade da democracia, modernizando o sistema político e colocando a Justiça e a Segurança ao serviço de uma plena cidadania; 5.ª Valorizar o posicionamento externo de Portugal e construir uma política de defesa adequada à melhor inserção internacional do País.</p>
<p><i>Projectos de Potencial Interesse Nacional</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 285/2007 - I Série n.º 158, de 17/08</p>	<p>Estabelece o regime jurídico dos projectos de potencial interesse nacional classificados como PIN +, visando criar condições favoráveis a investimentos e projectos de qualidade, nacionais e estrangeiros, através dos quais se potencie o crescimento económico e do emprego. Serão classificados como projectos PIN+, os projectos de Potencial Interesse Nacional, aos quais seja reconhecida importância estratégica, e que cumpram um conjunto de critérios, tais como a respectiva integração nas prioridades de desenvolvimento definidas em planos de orientação estratégica e a realização de um montante de investimento mínimo de 200 milhões de Euros ou, em certos casos especiais, de 60 milhões de euros. Com vista à celeridade no tratamento deste projectos consagra-se um modelo de procedimento que se caracteriza pela simultaneidade da tramitação dos diversos procedimentos aplicáveis. Assim, prevê-se o funcionamento em conferência de serviços das diversas entidades da Administração Central competentes para a prática de todos os actos necessários à apreciação e decisão do projecto, o que possibilita a emissão de um documento único incorporando todos os pareceres, autorizações, aprovações, decisões e licenças da responsabilidade daquelas entidades. Espera-se que a existência de um interlocutor único entre o investidor e os diversos serviços da Administração Pública contribua para a celeridade referida. A concentração dos procedimentos e a redução de prazos permite o estabelecimento de um prazo global de decisão que será de 60 dias a 120 dias. O procedimento neste âmbito estabelecido termina com uma Resolução do Conselho de Ministros na qual o Governo manifesta o seu posicionamento relativamente ao projecto e aprova o contrato de investimento, se a ele houver lugar. O presente diploma entrou em vigor a 18 de Agosto de 2007.</p>
<p><i>Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 287/2007 - I Série n.º 158, de 17/08</p>	<p>Aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, no âmbito do qual se definem as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013. Ficam excluídos do âmbito deste diploma, os incentivos de natureza fiscal, os incentivos ao emprego e à formação profissional e os regimes de incentivos específicos co-financiados pelo FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) e Fundo Europeu para as Pescas (FEP). São susceptíveis de apoio os projectos de investimento relativos a actividades de investigação e desenvolvimento nas empresas, os de inovação produtiva e os destinados ao desenvolvimento de factores dinâmicos de competitividade nas PME. São ainda susceptíveis de apoio os projectos que tenham por objectivo a promoção do desenvolvimento de pólos de competitividade e tecnologia, de desenvolvimento de estratégias incidentes em actividades organizadas em clusters que permitam potenciar externalidades positivas, bem como, projectos com vista à promoção de dinâmicas territoriais de novos polos de desenvolvimento e projectos de dinamização da renovação económica urbana. No que se refere à actividade desenvolvida, podem ser apoiados</p>

Assunto Diploma	Sumário
	projectos no âmbito da indústria, energia, comércio, turismo, transporte e logística e serviços. Pode beneficiar dos apoios previstos nos sistemas de incentivos as empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica. Os incentivos a conceder podem revestir, entre outras, as seguintes formas: Incentivos não reembolsáveis; Incentivos reembolsáveis; Bonificações da taxa de juro. Estabelece-se um modelo de gestão nacional para os projectos promovidos por médias e grandes empresas, e um sistema de gestão regional destinado aos projectos das PME's. O presente diploma entrou em vigor a 18 de Agosto de 2007.
<p><i>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2015</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 - I Série n.º 159, de 20/08</p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação (incluindo os indicadores de monitorização). Pretende-se que a ENDS seja um instrumento mobilizador da sociedade portuguesa no sentido de assegurar o equilíbrio das dimensões económica, social e ambiental com a finalidade de aproximar Portugal aos padrões de desenvolvimento da União Europeia. De facto, os objectivos da ENDS para 2015 passam por colocar Portugal num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia, melhorar a posição do nosso País no índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e reduzir o défice ecológico em Portugal. A ENDS está organizada em torno de sete objectivos estratégicos, que por sua vez são desdobrados em prioridades e vectores: (i) Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento»; (ii) Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética; (iii) Melhor Ambiente e Valorização do Património; (iv) Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social; (v) Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território; (vi) Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional e (vii) Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada. O acompanhamento da implementação da ENDS será garantido por um grupo de trabalho operacional, coordenado pelo Professor António Gonçalves Henriques.</p>
<p><i>Denominações Têxteis</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 293/2007 - I Série n.º 160, de 21/08</p>	<p>Introduz, em virtude do progresso técnico verificado, alterações no quadro das fibras têxteis e nas taxas convencionais a utilizar para o cálculo da massa das fibras contidas num produto têxtil. Resulta assim alterado o Decreto-Lei n.º 163/2004, de 3 de Julho. Transpõe-se para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/3/CE, da Comissão, de 2 de Fevereiro.</p>
<p><i>Sector Empresarial do Estado</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 300/2007 - I Série n.º 162, de 23/08</p>	<p>Altera o regime do sector empresarial do Estado e das empresas públicas. Pretende-se, na sequência da revisão do Código das Sociedades Comerciais e da aprovação do novo Estatuto do Gestor Público, dotar o sector empresarial do Estado de maior racionalidade e eficiência. Das principais alterações introduzidas destaca-se: (i) o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e dos deveres especiais de informação das empresas públicas, prevendo-se, nomeadamente, a obrigatoriedade de apresentação pelas empresas dos planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento, bem como a obrigatoriedade de divulgação das remunerações e o modo como são determinadas nos relatórios anuais e no Diário da República; (ii) a definição de orientações de gestão segundo três níveis (orientações estratégicas para todo o sector empresarial do Estado, orientações gerais destinadas a um dado sector de actividade e orientações específicas para cada empresa); (iii) a previsão de um modelo de estrutura orgânica que assegure a efectiva separação de funções de administração executiva e de fiscalização. O Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, é objecto de republicação em anexo ao presente diploma. Estas novas normas entram em vigor a 22 de Setembro de 2007.</p>
<p><i>Energia Eléctrica</i></p> <p>Despacho n.º 19 612-A/2007 - II Série - Parte E n.º 166, de 29/08 (Suplemento)</p>	<p>Revê as tarifas e preços de electricidade para vigorarem de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2007.</p>
<p><i>Energia das Ondas do Mar - Energias Renováveis</i></p> <p>Lei n.º 57/2007 - I Série n.º 168, de 31/08</p>	<p>Concede autorização ao Governo para aprovar o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas do mar. Pretende-se possibilitar a instalação, em Portugal, de uma fonte renovável. Com este objectivo, possibilita-se a utilização dos bens do domínio público marítimo e regula-se o regime jurídico para a gestão, o acesso e o exercício da actividade de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas do mar. Neste âmbito deve prever-se um conjunto de medidas de simplificação e agilização administrativa do licenciamento dos centros electroprodutores a partir de energias renováveis. A presente autorização legislativa tem a duração de 90 dias.</p>
<p><i>Política de Ordenamento do</i></p>	<p>Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, o qual,</p>

Assunto Diploma	Sumário
<p><i>Território</i></p> <p>Lei n.º 58/2007 - I Série n.º 170, de 4/09</p>	<p>juntamente com outros instrumentos estratégicos, designadamente, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), constitui o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial. O programa de acção que integra o PNPOT desenvolve e concretiza a estratégia de ordenamento e coesão territorial do País através da definição de orientações gerais, de um conjunto articulado de objectivos estratégicos que se desenvolvem através de objectivos específicos e de medidas prioritárias. A execução desse programa de acção será descentralizada a nível regional e sectorial, contando com o envolvimento e a co-responsabilização de todos os Ministérios na prossecução do objectivo comum de ordenar o território de Portugal. A presente lei entrou em vigor a 5 de Setembro de 2007.</p>
<p><i>Interconexão de Dados / Administração Pública</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 309/2007 - I Série n.º 173, de 7/09</p>	<p>Estabelece a forma, extensão e limites da interconexão de dados entre diversos serviços e organismos da Administração Pública com o objectivo de assegurar o cumprimento das obrigações contributivas, a atribuição rigorosa das prestações sociais e uma maior eficácia na prevenção e combate à fraude e evasão. O presente diploma introduz também novas medidas de simplificação de procedimentos no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.</p>
<p><i>Política de Ordenamento do Território – Rectificação</i></p> <p>Declaração de Rectificação n.º 80-A/2007 - I Série n.º 173, de 7/09 (Suplemento)</p>	<p>Rectifica diversas incorrecções com que foi publicado o relatório da Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.</p>
<p><i>Empréstimos a Estudantes do Ensino Superior</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 309-A/2007 - I Série n.º 173, de 7/09 (2.º Suplemento)</p>	<p>Visa, no âmbito da Estratégia Nacional de Reforma para o Ensino Superior, criar uma linha de crédito específica, através do alargamento do objecto da actividade das sociedades de garantia mútua, assente no financiamento pelo Estado do sistema de garantias. Com este diploma, as sociedades de garantia mútua passam a ser dotadas de um objecto que torna possível a obtenção de financiamentos junto do sistema financeiro, designadamente pelos estudantes do ensino superior (cursos de especialização tecnológica, licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-graduação). Os empréstimos terão uma taxa de juros mínima, não dependente de avales ou garantias patrimoniais, que será reduzida para estudantes com melhor aproveitamento escolar. O presente diploma entrou em vigor a 8 de Setembro de 2007.</p>

6.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Conferência Internacional sobre Construção Sustentável	Lisboa	12 a 14 de Setembro de 2007
Workshop sobre a aplicação do princípio da responsabilidade alargada ao produtor	Lisboa	12 a 13 de Setembro de 2007
Conferência – Os Desafios Centrais da Flexigurança	Lisboa	13 e 14 de Setembro de 2007
Workshop "A Agenda Estratégica UE-África"	Lisboa	13 de Setembro de 2007
Reunião informal de Ministros ECOFIN	Porto	14 e 15 de Setembro de 2007
Reunião Ministerial ECOFIN/EUROMED	Porto	15 de Setembro de 2007
Seminário UE/Índia Cooperação na área do Emprego e Assuntos Sociais (em colaboração com a Comissão Europeia)	Lisboa	17 a 18 de Setembro de 2007
Reunião Informal de Ministros no âmbito do eGovernment	Lisboa	19 de Setembro de 2007
Conferência E-Government	Lisboa	19 a 21 de Setembro de 2007

Reunião Ministerial Informal do Desenvolvimento	Madeira	21 a 22 de Setembro de 2007
XXII Reunião do Fórum Estratégico de Infra-estruturas na Investigação	Lisboa	21 de Setembro de 2007
Conselho Competitividade	Bruxelas	27 a 28 de Setembro de 2007
Conferência internacional sobre "Regulação da convergência, convergência da regulação"	Lisboa	28 de Setembro de 2007
Conferência Internacional sobre o Combate à Fraude Fiscal e a sua Contribuição para os Objectivos da Estratégia de Lisboa	Lisboa	28 de Setembro de 2007
Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia	Luxemburgo	1 a 2 de Outubro de 2007
Reunião informal do Comité 133-Têxteis	Porto	1 a 3 de Outubro de 2007
Lisbon Research and Policy Workshops: Ciência real, conhecimento fidedigno e a complementaridade da ciência aberta e do conhecimento de propriedade?	Lisboa	1 a 2 de Outubro de 2007
Conselho ECOFIN / Eurogrupo	Luxemburgo	8 a 9 de Outubro de 2007
Conferência Emprego na Europa: Perspectivas e Prioridades	Lisboa	8 a 9 de Outubro de 2007
Seminário sobre "Inovação no mercado de financiamento de PME's"	Lisboa	8 de Outubro de 2007
Reunião Informal de Alto Nível - Construindo um Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas	Lisboa	8 de Outubro de 2007
Reunião informal do grupo de créditos à exportação	Lisboa	9 de Outubro de 2007
Reunião Informal de Conselheiros do Grupo Competitividade e Crescimento	Lisboa	9 de Outubro de 2007
Conferência anual do Conselho Nacional do ambiente e do desenvolvimento sustentável (CNADS)	Évora	10 a 13 de Outubro de 2007

Abreviaturas utilizadas

VH	Varição homóloga
VH real	Varição homóloga real
M3M	Média móvel de 3 meses
VH/M3M	Varição homóloga da média móvel de 3 meses
v.c.s.	Valores corrigidos de sazonalidade
VE	Valor efectivo
N/(M12M) N-12	Valor do mês N dividido pela média móvel de 12 meses, centrada em N-12
SRE-VE	Saldo das respostas extremas (valor efectivo)
BP	Banco de Portugal
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
Eurostat	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IHPC	Índice harmonizado de preços no consumidor
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
FOB	“Free on Board”
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia